

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	7
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	8
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	9
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	10
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	11
1.10 Informações de sociedade de economia mista	13
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	14
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	15
1.13 Acordos de acionistas	17
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	18
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	19
1.16 Outras informações relevantes	20
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	21
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	37
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	38
2.5 Medições não contábeis	45
2.6 Eventos subsequentes as DFs	46
2.7 Destinação de resultados	47
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	48
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	49
2.10 Planos de negócios	50
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	52
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	53
3.2 Acompanhamento das projeções	54

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	55
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	73
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	74
4.4 Processos não sigilosos relevantes	77
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	80
4.6 Processos sigilosos relevantes	81
4.7 Outras contingências relevantes	82
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	83
5.2 Descrição dos controles internos	84
5.3 Programa de integridade	85
5.4 Alterações significativas	89
5.5 Outras informações relevantes	90
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	91
6.3 Distribuição de capital	95
6.4 Participação em sociedades	96
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	97
6.6 Outras informações relevantes	98
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	99
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	101
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	102
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	103
7.4 Composição dos comitês	106
7.5 Relações familiares	
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	
7.7 Acordos/seguros de administradores	107
7.8 Outras informações relevantes	108
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	109

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	111
8.3 Remuneração variável	114
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	115
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	117
8.6 Outorga de opções de compra de ações	118
8.7 Opções em aberto	119
8.8 Opções exercidas e ações entregues	121
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	122
8.10 Outorga de ações	123
8.11 Ações entregues	124
8.12 Precificação das ações/opções	125
8.13 Participações detidas por órgão	126
8.14 Planos de previdência	127
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	128
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	129
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	130
8.18 Remuneração - Outras funções	131
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	132
8.20 Outras informações relevantes	133
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	134
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	135
9.4 Outras informações relevantes	136
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	137
10.2 Alterações relevantes	138
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	139
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	140
10.5 Outras informações relevantes	141
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	142

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	143
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	144
11.3 Outras informações relevantes	151
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	152
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	153
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	155
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	156
12.5 Mercados de negociação no Brasil	157
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	158
12.7 Títulos emitidos no exterior	159
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	160
12.9 Outras informações relevantes	161
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	162
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	163
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	



1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

Data de constituição	28/10/2008
Forma de constituição	Sociedade Anônima Fechada
País de constituição	Brasil
Prazo de duração	Indeterminado
Data do Registro na CVM	27/09/2022

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A REAG Investimentos (“REAG” ou “Companhia”) se constitui como um grupo financeiro nacional e independente com o grande propósito de desenvolver soluções personalizadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro. As empresas do grupo oferecem um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, além de outros serviços integrados que permitem atender, com excelência e proximidade, às singularidades de cada cliente e/ou parceiro, considerando diferentes perfis de risco.

As soluções financeiras da REAG Investimentos são estruturadas por meio de suas diversas áreas de atuação, sempre buscando a forma mais completa de chegar aos objetivos e propósitos de cada operação.

Área de Atuação

A REAG Investimentos, por meio de suas empresas operacionais, provê uma ampla gama de serviços e produtos aos seus clientes e parceiros.

Nossos especialistas atuam com independência estratégica operacional, visando entregar resultados alinhados a cada cliente e maximizando oportunidades.



SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

Nossa área de serviços fiduciários envolve a gestão e administração de ativos financeiros ou propriedades em nome de terceiros, com base em uma relação de confiança legal e financeira.

Nossos setores de atuação são em Administração, Custódia, Escrituração, Distribuição, Gestão, Câmbio, e Investidores não residentes.

MERCADO DE CAPITALIS

Temos experiência na coordenação, estruturação e distribuição de operações de dívida e de equity nos mais diversos setores da economia, com conhecimento técnico aprofundado

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

e profissionais qualificados para apresentar soluções inovadoras, com pragmatismo e assertividade.

Nossa equipe é formada por profissionais seniores, com foco em fornecer soluções de captação de recursos de maneira customizada aos nossos clientes, em formatos e estruturas aderentes ao perfil de cada investidor, com alinhamento de interesses.

ASSET

A área de Asset Management trabalha de forma independente, gerindo recursos de terceiros de forma diligente, com foco em preservação de capital e controle de riscos.

Nossas estratégias:

- ✓ Real Estate (imobiliário)
- ✓ Crédito e Crédito Estruturado
- ✓ Legal Claims (ativos judiciais e precatórios)
- ✓ Equities (venture capital, private equity e ações listadas)
- ✓ Renda Fixa e Multimercados

Nossos veículos são Fundos de Investimento, ativos regulados pela Instrução CVM 555, revogada pela resolução 175: Renda fixa (FIRF), Ações (FIA) e Multimercados (FIM) e, Fundos Estruturados, tais como: Imobiliários (FILs), do Agronegócio (FIAGROs), Participações (FIP) e de Direitos Creditórios (FIDCs), além de teses específicas de crédito, tais como: Risco Sacados, Risco Consignado Público e Privado, Risco Cedentes, Risco Multicedentes e Multisacados.

WEALTH MANAGEMENT

A área de Wealth Management trabalha no conceito de multi family office (MFO), para atender os clientes e grupos familiares em busca de soluções institucionais e personalizadas.

- conduzimos nossas atividades de forma independente e sempre em favor e interesse dos clientes.
- o modelo de suporte aos clientes é claramente client-centric, as soluções propostas buscam sempre se adequar aos clientes utilizando a customização como ferramenta principal para atender as expectativas e demandas.

SEGUROS

Especialistas em proporcionar segurança e facilitar negócios.

Por meio de nossos especialistas oferecemos:

Seguros: apólice de seguros como documento securitário. De vida, saúde, viagem, patrimonial, planos de saúde, cartões benefícios, transportes, crédito, aeronáutico.



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. produtos e serviços comercializados
- b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor
- c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. características do processo de produção
- b. características do processo de distribuição
- c. características dos mercados de atuação, em especial:
 - i. participação em cada um dos mercados
 - ii. condições de competição nos mercados
- d. eventual sazonalidade
- e. principais insumos e matérias primas, informando:
 - i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
 - ii. eventual dependência de poucos fornecedores
 - iii. eventual volatilidade em seus preços



1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. montante total de receitas provenientes do cliente
- b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente



1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

- ii. em favor de partidos políticos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira em favor de partidos políticos.

- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.



1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor



1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.
- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.
- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.
- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.
- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.
- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.
- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

Para os itens abaixo, a Companhia está trabalhando fortemente para melhoria contínua em seus controles internos e mapeamento de riscos para divulgação, o qual compreende também as informações de ASG, dado a relevância do tema no contexto atual de mercado.

- i. a não divulgação de informações ASG
- ii. a não adoção de matriz de materialidade
- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa



1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

Adicionalmente, todas as alienações e aquisições de qualquer ativo relevante foram devidamente descritas no item 2.4. b) deste Formulário de Referência.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Alterações em 31 de dezembro de 2023

Em 10 de janeiro de 2023, foi realizada a integralização de 41.299.000 (quarenta e um milhões, duzentas e noventa e nove mil) ações ordinárias, sem valor nominal, e com valor de emissão de um real cada, pelo valor de R\$ 41.299.000 (quarenta e um milhões, duzentos e noventa e nove mil reais) mediante ações ordinárias de 41.299.000 (quarenta e um milhões, duzentas e noventa e nove mil) da REAG Holding de Seguros S.A. pelo Fundo Lumabe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (controladora da Companhia).

Em 18 de maio de 2023 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), mediante a emissão de 500.000.000 (quinhentas milhões) novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 cada. As novas ações são totalmente subscritas, pela Acionista Lumabe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e deverão ser integralizadas até a data de 31 de maio de 2024, nos termos do Boletim de Subscrição constante no anexo II da presente ata e devidamente arquivados na sede da Companhia. O aumento de capital destina-se a fortalecer a estrutura de capital da Companhia, de acordo com seu plano de negócios.

Em 30 de maio de 2023 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) para R\$ 736.842.105,00 (setecentos e trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, cento e cinco reais), mediante a emissão de 36.842.105 (trinta e seis milhões, oitocentas e quarenta e duas mil, cento e cinco) novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 2,985714307 cada sendo que: (a) R\$1,00 do Preço de Emissão de cada ação emitida, e que, portanto, corresponde a um total de R\$ 36.842.105,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, cento e cinco reais), será destinado à conta do Capital Social; e (b) R\$ 1,985714307 do Preço de Emissão de cada ação ora emitida, e, que, portanto, totaliza a quantia de R\$ 73.158 será destinado à conta de Reserva de Capital da Companhia, na forma do artigo 182, § 1º, "a", da Lei das S.A. As Novas Ações são totalmente subscritas e parcialmente integralizadas na data e o saldo do Aumento de Capital será integralizado até 29 de maio de 2028. A REAG ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.863.529/0001-34 ("REAG ADM"), na qualidade de gestora de fundos de investimento ("Investidores") nos informou que Investidores

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

subscreveram as Novas Ações passando a deter participação correspondente a 5% do capital social da Companhia.



1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas da Companhia.



1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.



1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.



1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Abaixo apresentamos um resumo do balanço patrimonial dos saldos da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2023. Todos os números apresentados abaixo foram auditados por empresas de auditoria externa devidamente registradas na CVM e estão expressos em milhares de reais.

Exercício de 2023

O exercício de 2023 foi marcado por conquistas, desafios e crescimento muito favorável para Companhia.

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 133 milhões em dezembro de 2023, sendo um aumento de 63% em relação a dezembro de 2022. Receitas provenientes de serviços fiduciários, os quais temos um total de 359 de fundos ativos sob gestão com um total de R\$ 163 bilhões de Patrimônio Líquido, e um total de 463 de fundos administrados com um total de R\$ 191 bilhões de Patrimônio Líquido, colocando a REAG na posição 11º do Ranking geral da ANBIMA de administrador e 8º do ranking geral de gestor.

As despesas operacionais consolidada, incluindo outras despesas, totalizaram R\$ 149 milhões em dezembro de 2023, sendo um aumento de 144% em relação a dezembro de 2022, justificado principalmente pela consolidação de fundos que a Companhia possui investimentos, e pelo aumento de 161% no quadro de colaboradores, que totalizou 370 em dezembro de 2023 (ante 142 colaboradores no mesmo período do ano anterior). Outros fatores que impactaram no aumento de nossas despesas operacionais estão relacionados na ampliação de nossos espaços físicos (por conta da demanda de novas atividades e verticais de negócios), aumento com gastos de prestadores de serviços externos, e fluxo das integrações das novas operações absorvidas e da expansão dos negócios.

O prejuízo consolidado totalizou R\$ 94 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, uma variação negativa em R\$ 99 milhões principalmente devido aos impactos advindos dos fundos de investimentos que são consolidados na Companhia, o qual durante o fechamento de 2023 os fundos consolidados possuíam um PL de R\$ 534 milhões e em 2022 um PL de 126 milhões, bem como dos valores de R\$ 66 milhões referente a PDD que ao longo do ano de 2023, a administração realizou a avaliação da estimativa da perda de crédito esperada dos valores a receber de cessão de recebíveis e direitos creditórios, considerando os requerimentos do CPC

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

48 e IFRS 9, o qual envolve o uso de julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros fatores: (i) a evolução dos atrasos; (ii) históricos de renegociações dos respectivos créditos para a determinação por parte da administração da existência de aumento significativo de risco de crédito, bem como a classificação dos créditos por estágios (1), (2) e (3). A mensuração do montante de provisão para perda esperada por estágios, por parte da administração, envolveu julgamento significativo, e a observação da evolução dos históricos de atrasos e renegociações, o qual tivemos um impacto de entorno de R\$ 60 milhões diretamente no resultado do exercício apenas dos fundos consolidados, e R\$ 37 milhões referente a juros passivos sobre os empréstimos, o qual durante o 2º trimestre de 2023 a REAG Investimentos tomou 3 CCBs que somam R\$ 350 milhões de principal + R\$ 7 milhões de IOF, sendo o pagamento a ser iniciado a partir de 2025.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 597 milhões, representando um aumento de 223% em comparação com o mesmo período no ano anterior, variação essa representada pelo aumento de capital, no montante de R\$ 536 milhões e resultado do exercício (prejuízo) em R\$ 94 milhões.

O total de ativos da Companhia (Controladora) em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.056 milhões, aumento de 460% comparado com o mesmo período no ano anterior. Em relação ao consolidado, o total de ativos em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.439 milhões, aumento de 513% comparado com o mesmo período no ano anterior. Basicamente o aumento refere-se a três principais fatores, sendo:

(a) Durante o ano de 2023, a Companhia teve mudanças relevantes em sua estrutura societária conforme mencionado no item 1.11, e tais mudanças se referem a aquisições de empresas que refletiu a um aumento de R\$ 56 milhões em seus investimentos.

(b) valores a receber de cliente, que de forma isolada, gerou um aumento de 281% principalmente relacionado aos fundos consolidados na estrutura da Companhia, o qual, em 2023 possuíam um PL de R\$ 534 milhões e em 2022 um PL de 126 milhões.

Em relação a capacidade da Companhia em honrar compromissos financeiros assumidos, cabe destacar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: Caixa e equivalente de caixa, que em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$ 22 milhões e títulos e valores mobiliários, que totalizavam R\$ 113 milhões. A rubrica de títulos e valores mobiliários refere-se a cotas de fundos de investimentos em multimercado, fundo de investimento em participação e possui liquidez imediata. A Companhia adota uma postura conservadora em seus investimentos, e olha o mercado a procura de boas oportunidades para rentabilizar seus negócios.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores:

Capital circulante líquido:

O capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, despesas pagas antecipadas e outros valores a receber) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar, e outros valores a pagar). Quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido próprio. Quando o ativo circulante é menor que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido negativo ou de terceiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor do indicador é de R\$ 938 milhões, representando uma boa saúde financeira.

Liquidez Geral:

Liquidez Geral é um indicador utilizado para medir a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações e dívidas assumidas de médio e longo prazo. Ele é calculado da somatória do ativo circulante mais ativo não circulante dividido pelo passivo circulante mais passivo não circulante. O índice mínimo é de 1, abaixo de 1, indica problemas de liquidez no médio e longo prazo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor do indicador é de 1,73 ou seja, a empresa no período findo em 31 de dezembro de 2023 não apresenta problemas de liquidez no médio e longo prazo.

Em milhares de R\$

Liquidez Geral	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	1.188.410	187.275
Realizável a longo prazo	250.948	47.721
Passivo circulante	250.059	27.615
Exigível a longo prazo	581.063	23.298
	1,73	4,62

Liquidez Corrente:

Esse indicador tem como finalidade evidenciar a capacidade de pagamento no curto prazo. Ele é calculado da divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Um índice inferido a 1, indica problemas prementes de liquidez. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor do indicador é de 4,75, ou seja, a Companhia possui caixa suficiente para honrar os pagamentos no curto prazo sem dificuldades.

Em milhares de R\$

Liquidez Corrente	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	1.188.410	187.275
Passivo circulante	250.059	27.615
	4,75	6,78

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em relação a estrutura de capital, podemos avaliar alguns indicadores, conforme demonstrado abaixo:

Participação de Capitais de Terceiros:

Indica qual a “dependência” dos negócios em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos trabalhistas e tributários) e é calculado da somatória entre o passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo ativo total. Uma participação próxima a 1 demonstra insolvência e extrema dependência de terceiros. Consideramos uma participação ideal seja inferior a 0,6. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a participação de capital de terceiros é de 0,58.

Em milhares de R\$

Participação de Capitais de Terceiros	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	250.059	27.615
Passivo não circulante	581.063	23.298
Total de ativos	<u>1.439.358</u>	<u>234.996</u>
	0,58	0,22

Composição do endividamento a curto prazo:

Evidência qual o nível de exigibilidade de curto prazo no endividamento. A composição do cálculo é a divisão do passivo circulante somado com o passivo circulante mais passivo não circulante. Não existe uma regra geral para determinar qual o ideal para este índice, entretanto quando menor for o indicador maior a “folga” em relação as dívidas e compromissos existentes. Em 31 de dezembro de 2023 o indicador é de 0,30.

Em milhares de R\$

Endividamento a curto prazo	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	250.059	27.615
Passivo não circulante	<u>581.063</u>	<u>23.298</u>
	0,30	0,54

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

O capital social da Companhia. Representado por ações ordinárias e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrado abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	Total R\$	Ações	Total R\$
Capital integralizado	736.842	736.842	200.000	200.000
Capital a integralizar	(64.190)	(64.190)	(41.299)	(41.299)
Capital social	672.652	672.652	158.701	158.701

Abaixo apresentamos a representatividade do capital de terceiros:

Estrutura de capital	31/12/2023	% em relação ao passivo total	31/12/2022	% em relação ao passivo total
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	608.236	73,18%	184.083	361,56%
Capital de terceiros ⁽²⁾	222.887	26,82%	(133.170)	-261,56%
Passivo total	831.123	100,00%	50.913	100,00%

⁽¹⁾ Inclui Participações de não controladores

⁽²⁾ Passivo total excluindo-se o Patrimônio Líquido

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

C. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A diretoria acredita que a Companhia apresenta condições plenas para honrar seus compromissos financeiros em geral. Durante os últimos exercícios sociais, todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, a Companhia tem mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. Considerando o perfil de seu endividamento, o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia, conforme descritos no item "b" acima, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

Abaixo apresentamos o comparativo do resultado da Companhia:

Condições Financeiras (R\$ mil)	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(94.379)	4.910

Adicionalmente, apresentamos o comparativo da rubrica de caixa equivalente ativo este de liquidez imediata e sem restrições:

Condições Financeiras (R\$ mil)	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	22.072	7.160

Apresentamos a seguir o comparativo da rubrica de títulos e valores mobiliários este de liquidez em D+1 com finalidade para novos investimentos:

Condições Financeiras (R\$ mil)	2023	2022
Títulos e Valores Mobiliários	112.984	35.245

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Durante o 2º trimestre de 2023 a Companhia tomou 3 CCBs que somam R\$ 350 milhões de principal + R\$ 7 milhões de IOF + R\$ 37 milhões de juros, sendo o pagamento a ser iniciado a partir de 2025. As entradas destas CCBs foram destinadas para expansão do portfólio de negócios e investimentos conforme planejamento estratégico de crescimento da Companhia.

Adicionalmente, também no 2º trimestre a Companhia adquiriu a PP Promotora que já possuía empréstimos no valor de R\$ 42 milhões e com vencimento dentro do ano de 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Durante o 2º trimestre de 2023 a Companhia tomou 3 CCBs que somam R\$ 350 milhões de principal + R\$ 7 milhões de IOF + R\$ 37 milhões de juros, sendo o pagamento a ser iniciado a partir de 2025. As entradas destas CCBs foram destinadas para expansão do portfólio de negócios e investimentos conforme planejamento estratégico de crescimento da Companhia.

Adicionalmente, também no 2º trimestre a Companhia adquiriu a PP Promotora que já possuía empréstimos no valor de R\$ 42 milhões e com vencimento dentro do ano de 2024.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Durante o 2º trimestre de 2023 a Companhia tomou 3 CCBs que somam R\$ 350 milhões de principal + R\$ 7 milhões de IOF + R\$ 37 milhões de juros, sendo o pagamento a ser iniciado a partir de 2025. As entradas destas CCBs foram destinadas para expansão do portfólio de negócios e investimentos conforme planejamento estratégico de crescimento da Companhia. As CCBs possuem garantias que são: Alienação fiduciária de 80,90% das quotas emitidas pelo Reag Multi estratégia Fundo de Investimento Multimercado crédito Privado em nome da Companhia.

Adicionalmente, também no 2º trimestre a Companhia adquiriu a PP Promotora que já possuía empréstimos no valor de R\$ 42 milhões e com vencimento dentro do ano de 2024.

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide informações no item i.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide informações no item i.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Durante o 2º trimestre de 2023 a Companhia tomou 3 CCBs que somam R\$ 350 milhões de principal + R\$ 7 milhões de IOF + R\$ 37 milhões de juros, sendo o pagamento a ser iniciado a partir de 2025. As entradas destas CCBs foram destinadas para expansão do portfólio de negócios e investimentos conforme planejamento estratégico de crescimento da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Abaixo apresentamos a variação dos saldos do resultado do exercício, bem como as explicações:

COMPARABILIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	31/12/2023	31/12/2022	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita líquida (a)	133.466	81.403	52.063	64%
(Despesas) e outras receitas				
Gerais e administrativas (b)	(148.667)	(65.387)	(83.280)	127%
Resultado de equivalência patrimonial	7.557	(6.607)	14.164	-214%
Outras receitas	(7.983)	61	(8.044)	-13186%
Lucro operacional	(15.627)	9.470	(25.097)	-265%
Resultado financeiro (c)	(70.665)	2.696	(73.361)	-2721%
Lucro antes dos impostos	(86.291)	12.166	(98.457)	-809%
Imposto de renda e contribuição social	(8.088)	(7.256)	(832)	11%
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(94.379)	4.910	(99.289)	-2022%

(a) A receita líquida consolidada totalizou R\$ 133 milhões em dezembro de 2023, sendo um aumento de 63% em relação a dezembro de 2022. Receitas provenientes de serviços fiduciários, os quais temos um total de 359 de fundos ativos sob gestão com um total de R\$ 163 bilhões de Patrimônio Líquido, e um total de 463 de fundos administrados com um total de R\$ 191 bilhões de Patrimônio Líquido, colocando a REAG na posição 11º do Ranking geral da ANBIMA de administrador e 8º do ranking geral de gestor.

(b) As despesas gerais e administrativa consolidada totalizou R\$ 149 milhões em dezembro de 2023, sendo um aumento de 127% em relação a dezembro de 2022, e a variação está representada por R\$ 39 milhões do aumento do quadro de colaboradores, que fechamos o ano de 2023 com 370 (2022 com 142), R\$ 26 milhões relativos a despesas com serviços prestados diversos, R\$ 7 milhões de depreciação e amortização, e R\$ 9 milhões de impostos e taxas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(c) O resultado financeiro consolidado totalizou R\$ 71 milhões em dezembro de 2023, sendo uma diminuição de 2721% em relação a dezembro de 2022, e a variação está representada por R\$ 66 milhões se referem a PDD, no qual ao longo do ano de 2023, a administração realizou a avaliação da estimativa da perda de crédito esperada dos valores a receber de cessão de recebíveis e direitos creditórios, considerando os requerimentos do CPC 48 e IFRS 9, o qual envolve o uso de julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros fatores: (i) a evolução dos atrasos; (ii) históricos de renegociações dos respectivos créditos para a determinação por parte da administração da existência de aumento significativo de risco de crédito, bem como a classificação dos créditos por estágios (1), (2) e (3). A mensuração do montante de provisão para perda esperada por estágios, por parte da administração, envolveu julgamento significativo, e a observação da evolução dos históricos de atrasos e renegociações, o qual tivemos um impacto de entorno de R\$ 60 milhões diretamente no resultado do exercício apenas dos fundos consolidados, R\$ 37 milhões se referem a juros passivos sobre os empréstimos, o qual durante o 2º trimestre de 2023 a REAG Investimentos tomou 3 CCBs que somam R\$ 350 milhões de principal + R\$ 7 milhões de IOF, sendo o pagamento a ser iniciado a partir de 2025, e também dos efeitos de rentabilidade de aplicações financeiras das cotas FIDC e carteiras de recebíveis, bem como das perdas com desvalorização de cotas de Fundos de Investimentos que são consolidados na Companhia, estes que estão na estrutura do Multiestratégia que possuía um PL de R\$ 127 milhões, e em 2023 o PL foi de R\$ 534 milhões.

Abaixo apresentamos as principais variações do Fluxo de Caixa, bem como as explicações:

Fluxo de caixa	31/12/2023	31/12/2022	Var. (R\$)	Var. (%)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais (a)	(761.820)	(128.043)	(633.777)	495%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades investimentos (b)	(303.455)	(15.016)	(288.439)	1921%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financiamentos (c)	1.080.188	146.694	933.494	636%

(a) As principais variações apresentadas no caixa gerado pelas atividades operacionais se referem a:

- Depósitos bancários de terceiros que são compostos por valores mantidos por terceiros em contas de pagamento da Companhia por conta e ordem de terceiros aplicados em operações financeiras. A Companhia mantém sob sua guarda e se obrigada a restituir os seus clientes, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Contas a receber de clientes, o qual a Companhia possui valores a receber de provenientes da sua operação normal que são reconhecidas em contrapartida a receitas no resultado, bem como direitos creditórios e cessão de recebíveis provenientes dos fundos de investimentos que são consolidados na estrutura da Companhia.
 - Outros créditos que se referem a valores a receber referente substancialmente a venda de cotas de fundos.
 - Outras obrigações que possuem adiantamento de clientes para futuros pagamento das despesas inerente as operações de fundos de investimentos, e contratos de cessão não derivativos realizados diretamente nos fundos que são consolidados na estrutura da Companhia.
- (b)** As principais variações apresentadas no caixa gerado pelas atividades de investimentos se referem a:
- Aplicações interfinanceiras de liquidez que se referem a letras do tesouro nacional e letras financeiras subordinadas nível II.
 - Títulos e valores mobiliários que se referem a aplicações em cotas de Fundos de Investimentos Multimercado (FIM) e Fundo de Investimentos em Participação (FIP).
 - Aquisições de investimentos e intangível conforme destacado no item 1.11.
- (c)** As principais variações apresentadas no caixa aplicado pelas atividades de financiamentos se referem a:
- Empréstimos tomados pela Companhia e por sua controlada adquirida ao longo de 2023.
 - Aumento de capital principalmente pela expansão do portfólio de negócios e investimentos conforme planejamento estratégico de crescimento da Companhia.
 - Cotas FIDCs provenientes do Multiestratégia, o qual durante o fechamento do ano de 2023 o Multiestratégia possuía um PL de R\$ 534 milhões, e em 2022 o PL foi de R\$ 127 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia acredita num modelo totalmente voltado ao cliente, que se resume em desburocratizar as operações e gerar benefícios, principalmente, ao cliente, em um mercado corporativo brasileiro complexo, principalmente no que tange a parte tributária.

Nesse sentido, a Companhia e suas controladas vislumbram um grande mercado potencial de atuação no Brasil e ao longo dos últimos 11 anos, tem conseguido aumentar seu *market share*, criando uma forte base de relacionamento com clientes potenciais, apresentando uma gama de serviços e acreditamos no aumento de nossas receitas de forma orgânica.

Acreditamos que um dos nossos diferenciais é estar ao lado do cliente nas operações do dia a dia, e atender de forma ágil e eficaz as demandas em todas as linhas de negócios.

Apresentamos a seguir as principais fonte de receita da Companhia, que são compostas, basicamente, por 5 principais fonte de receitas:

Gestão:

(i) Gestão de fundos de investimentos:

A REAG tem a própria gestora de recursos, de forma independente e voltada para a administração de fundos de investimento. Essa área da empresa conta com uma equipe de gestores com ampla experiência pautada por uma filosofia de investimentos com processos muito bem definidos e um rígido controle de risco das posições dos fundos.

A companhia busca, por meio de estratégias diversificadas e descorrelacionadas, trazer aos clientes um retorno consistente de longo prazo acima dos benchmarks de cada estratégia e objetivo descritos nas atividades do fundo.

Apresentamos a seguir as receitas originadas da gestão de fundos:

Gestão de fundos de investimentos	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida - Gestão	10.899	2.048

(ii) Desenvolvimento & Representação Imobiliária e Patrimonial

Oferecemos uma combinação de operações imobiliárias e soluções financeiras para atender com assertividade as estratégias patrimoniais de nossos clientes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Nossos especialistas participam ativamente no dia a dia do empreendimento, seja em aquisições, desenvolvimento, leasing ou gestão de propriedades. Praticamos a cultura de *ownership*, sempre entendendo as dores e tratando os investimentos dos clientes como se fossem da própria REAG. Na nossa visão, essa conduta garante maior eficiência nos serviços prestados e proporciona mais confiança, conforto e segurança para os clientes.

Atuamos também como interlocutores de investidores junto aos players do mercado e órgãos reguladores (CVM, ANBIMA, Banco Central e SUSEP), além de representá-los na aquisição de ativos para desenvolvimento. Dispomos, ainda, de serviços de assessoria na representação em Conselhos de Administração de acordo com as melhores práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Transformamos oportunidades em valor com o auxílio de ferramentas de inteligência de mercado, que permitem diversificar as operações financeiras e aproveitar momentos mais oportunos para investir, mitigando riscos e provendo maior potencial de rentabilidade patrimonial.

(iii) Wealth Management

A REAG Wealth Management (RWM) é uma área responsável pelas atividades relacionadas à gestão patrimonial, bem como apoio aos clientes, trabalhando em coordenação com os demais times e estruturas da empresa.

A RWM trabalha no conceito de *multi family office* (MFO) para atender grupos familiares em busca de soluções institucionais.

Assim como os demais times da REAG, esse departamento conduz suas atividades de forma independente e sempre de acordo com os interesses dos clientes.

O modelo de suporte é *client-centric*. Isso significa que as soluções propostas pelo time da RWM buscam sempre se compatibilizar às necessidades e vontades expressas.

Customização é a principal ferramenta que entregamos para atender investidores com expectativas e demandas institucionais.

A RWM tem um time de executivos com mais de trinta anos de experiência individual em um amplo espectro da indústria financeira e de gestão de recursos: bancos, assets, entidades fechadas de previdência complementar, MFOs e corretoras.

Serviços Fiduciários:

(i) Administração de fundos

Como gestora dos fundos de investimento de nossos clientes, a REAG é a responsável pelos ativos e por suas informações, tanto em relação aos próprios cotistas quanto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). À REAG compete a realização de uma série de atividades gerenciais e operacionais, dentre as quais se destacam:

2.2 Resultados operacional e financeiro

- Praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, bem como exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, dentro dos limites legais e das regras estabelecidas pela CVM;
- Contratar obrigatoriamente um auditor independente, que deverá ser registrado na CVM para auditar as demonstrações contábeis do Fundo;
- Contratar para gerenciar a carteira do Fundo, caso necessário, outra pessoa física ou jurídica, devidamente credenciada pela CVM;
- Contratar terceiros legalmente habilitados para a prestação dos seguintes serviços relativos às atividades do Fundo: atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários, escrituração da emissão e resgate de cotas, custódia, consultoria de investimentos, distribuição de cotas e classificação de risco por agência especializada.

Serviços financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Total de receitas	96.087	77.747

(ii) Controladoria

Os serviços de Controladoria de Fundos de Investimento da REAG se resumem à execução dos processos ligados ao controle dos ativos e passivos, bem como os procedimentos contábeis, conforme a legislação em vigor e as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores:

- Apreçamento dos ativos nas carteiras,
- Cadastro e controle de cotistas, incluindo suas aplicações e resgates;
- Provisionamento de taxas e despesas;
- Processamento e publicação da carteira;
- Cálculo do valor da cota;
- Elaboração de Balancetes e Demonstrações Financeiras;
- Apuração dos resultados;
- Publicação das informações contábeis.

(iii) Custódia

Os serviços de custódia da REAG compreendem, além da guarda (custódia) dos ativos dos investidores (pessoa física, jurídica e institucionais) em fundos de investimento, a liquidação física e financeira dos ativos, seu registro, bem como a administração das atividades corporativas realizadas na conta do investidor e o controle de eventos associados a esses ativos. Isto é, fazemos a interface com as centrais depositárias do mercado: Cetip, Selic e B3.

(iv) Escrituração

A REAG, na figura de gestora diante dos cotistas de um fundo de investimento, é responsável pela geração e divulgação de uma série de informações relacionadas às atividades gerenciais e operacionais que exerce. Dentre essas atividades, pode-se incluir, mediante a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o serviço de escrituração.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(v) Representação jurídica, fiscal e custódia para Investidores Não Residentes (INR)

A REAG oferece os serviços de representação legal para Investidores Não Residentes (INR) que têm intenção de operar no mercado brasileiro.

No âmbito da Resolução CMN nº 4.373/14 (antiga 2.689/2000), a REAG, como instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atua como representante legal de INR, segundo seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nosso objetivo é ajudar o INR a acessar o mercado financeiro e o de capitais com eficiência, segurança e a adequada governança.

Operações de Crédito

(i) Fundos REAG de crédito privado:

Os fundos de crédito privado da REAG estão estruturados para originar oportunidades em diversos setores da economia;

Equipe dedicada e altamente especializada e *data-base* proprietária na Área de Crédito, com extensa experiência combinada, liderando a originação, análise de crédito, estruturação, monitoramento e cobrança, além de uma equipe comercial com profundo conhecimento dos segmentos e um amplo relacionamento e histórico, com os principais clientes que fazem parte do público-alvo;

Suporte do Departamento Econômico da REAG na análise dos ambientes macroeconômicos e setoriais.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, o segmento apresentou uma receita de R\$ 23.868 mil (R\$ 1.608 mil em 31 de dezembro de 2022).

Assessoria e consultoria financeira

Nossos serviços de assessoria e consultoria financeira surgiram para dar as respostas, da forma mais assertiva possível, que nossos clientes buscam quando decidem investir, desinvestir ou equilibrar seus investimentos.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia participa como controladora de diversas empresas que possuem suas receitas reconhecidas em decorrência da prestação de serviços relacionados a prestação de serviços de administração, gestão, entre outros. E a administração consolida em suas demonstrações

2.2 Resultados operacional e financeiro

financeiras além destas empresas, os fundos de investimentos controlados que estão em sua estrutura de forma direta e indireta.

Ao longo do ano de 2023, a administração realizou a avaliação da estimativa da perda de crédito esperada dos valores a receber de cessão de recebíveis e direitos creditórios, considerando os requerimentos do CPC 48 e IFRS 9, o qual envolve o uso de julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros fatores: (i) a evolução dos atrasos; (ii) históricos de renegociações dos respectivos créditos para a determinação por parte da administração da existência de aumento significativo de risco de crédito, bem como a classificação dos créditos por estágios (1), (2) e (3). A mensuração do montante de provisão para perda esperada por estágios, por parte da administração, envolveu julgamento significativo, e a observação da evolução dos históricos de atrasos e renegociações, o qual tivemos um impacto de entorno de R\$ 60 milhões diretamente no resultado do exercício.

- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não houve impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Grupo na data base de 31 de dezembro de 2023.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve ressalvas e/ou ênfase dos auditores em relação a demonstração financeiras da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o exercício de 2023 não houve alienação de segmento operacional na Companhia.

Por outro lado, houve a introdução de dois novos segmentos operacionais, sendo securitização e seguros.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais reorganizações societárias da Companhia ocorrida no exercício de 2023, foram:

Principais mudanças na estrutura societária:

- **REAG PAR LTDA.**

Conforme alteração do contrato social da REAG 28 Participações Ltda. em 30 de outubro de 2022, a então sócia I9 Serviços Administrativos Ltda., decide retirar-se da Sociedade, neste ato, mediante a cessão e transferência das 1.000 (mil) cotas de sua titularidade que possui no capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 1.000 (mil reais), que corresponde a 100% do total de cotas da sociedade, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A., que ora é admitida na sociedade e aumentou o capital social da Sociedade para R\$ 103.001.000 (cento e três milhões e mil reais), mediante a subscrição de 103.000.000 (cento e três milhões) de quotas. Em 15 de maio de 2023 foi celebrado através da 3ª alteração do contrato social da REAG 28 Participações Ltda. a alteração da denominação social para REAG PAR Ltda. Em 21 de dezembro de 2023 foi celebrado o distrato da Sociedade e encerramento de suas atividades e operações em 30 de novembro de 2023, depois de procedida a liquidação da Sociedade, a sócia constatou haver patrimônio da Sociedade, representado por 271.697.361 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e uma) quotas sociais de emissão do REAG Multi Estratégia Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado, cotas essas que foram desincorporadas do patrimônio da Sociedade em decorrência da presente dissolução e conferidas à REAG Investimentos S.A., sendo a única sócia.

- **REAG HOLDING DE SEGUROS S.A.**

Conforme Contrato de Compra e Venda de Ações da REAG Holding de Seguros S.A. em 12 de dezembro de 2022, o sócio Weselton Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, decide vender neste ato, transferindo 14.230.000 (catorze milhões e duzentas e trinta mil) de ações de sua titularidade que possui parte no capital social da Sociedade, pelo valor de R\$ 14.230.000 (catorze milhões e duzentos e trinta mil reais), que corresponde a 13,25% do total de 107.429.350 (cento e sete milhões e quatrocentas e vinte e nove mil e trezentas e cinquenta) de ações do capital da Sociedade, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A., que ora é admitida na sociedade. Em 10 de janeiro de 2023, foi realizada a integralização de 41.299.000 (quarenta e um milhões, duzentas e noventa e nove mil) ações ordinárias, sem valor nominal, e com valor de emissão de um real cada, pelo valor de R\$ 41.299.000 (quarenta e um milhões, duzentos e noventa e nove mil reais) mediante ações ordinárias de 41.299.000 (quarenta e um milhões, duzentas e noventa e nove mil) da REAG Holding de Seguros S.A. pela REAG Investimentos S.A. Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia realizou a conferência de 55.529.000 ações de emissão para a REAG SEG Holding de Seguros S.A., passando a ser controladora direta com 52% de participação da Sociedade, e em 31 de dezembro de 2023 a participação da Companhia nesta Sociedade passou a ser zero. Destacando, que a Companhia não detinha o controle nesta investida, e em 31 de dezembro de 2022 a REAG Investimentos S.A. possuía 13,25% do capital social da Sociedade.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- **REAG WM GESTORA DE PATRIMÔNIO LTDA.**

Em 26 de janeiro de 2023, através da 22ª alteração do contrato social da Rapier Investimentos e Gestão Patrimonial Ltda., foi realizada a cessão não onerosa e gratuita de 100% das quotas da Empresa para as sócias ingressantes sendo a RWM Partners com 49.999 (quarenta e nove mil e novecentos e noventa e nove) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, e participação de 99,99% do capital social, e RGR Partners Participações Ltda. com 1 (uma) quota) no valor de R\$ 1,00 (um real), e participação de 0,01% do capital social. Em 12 de julho de 2023, através da 23ª alteração do contrato social, foi realizada a alteração da denominação de Rapier Investimentos e Gestão Patrimonial Ltda. para REAG WM Gestora de Patrimônio Ltda.

- **RGL CAPITAL PARTNERS S.A.**

Em 03 de janeiro de 2023, através da 1ª alteração do contrato social da RGL CAPITAL PARTNERS S.A., foi realizada a cessão e transferência das 1.000 (mil) quotas, pelo valor de R\$ 1.000 (mil reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para a sócia ingressante REAG Asset Management S.A., que passa a ser controladora de 100% das quotas da Empresa.

- **REAG AUCTION OPPORTUNITIES LTDA.**

Em 06 de fevereiro de 2023, foi celebrado através da 1ª alteração do contrato social da REAG Auction Opportunities Ltda. a transferência das cotas que correspondem a 980 (novecentas e oito) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia. Em 30 de julho de 2023, foi celebrado o distrato do contrato social, encerrando as atividades da empresa em 30 de julho de 2023.

- **REAG SEG PARTICIPAÇÕES S.A.**

Em 14 de fevereiro de 2023, foi celebrado através da 1ª alteração do contrato social da REAG SEG Holding de Seguros S.A. a transferência das cotas que correspondem a 1.000 (mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia como única sócia. Em 28 de fevereiro de 2023 foi celebrado através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária o aumento do Capital Social da Sociedade de R\$ 1.000,00 (mil reais) para R\$ 55.530.000,00 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta mil reais), representado por 55.530.000 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta mil) ações, sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme boletim de subscrição arquivado na sede da sociedade. A subscrição foi realizada entre a Companhia com conferência de 55.529.000 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta mil) ações de emissão da REAG Holding de Seguros S.A., a ser integralizado em bens e direitos. Em 30 de junho de 2023, através da ata da assembleia geral extraordinária foi realizada a alteração da denominação social para REAG SEG PARTICIPAÇÕES S.A. Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 100% do capital da Sociedade.

- **CONDOCASH ASSESSORIA EM CRÉDITO S.A.**

Em 25 de abril de 2023 ocorreu a formalização do primeiro aditivo e termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, por meio do qual ficou estabelecido os termos e condições da aquisição pela Companhia de 198 (cento e noventa e oito) ações ordinárias, representando 6,66% do capital social da Condocash e a subscrição de 233 (duzentas e trinta e três) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal,

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

equivalentes a 6,68% do capital social da Condocash, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, de forma que a Companhia passe a deter, após tais operações, 13,33% das ações de emissão da Condocash.

Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 19,98% do capital da Sociedade.

- **RJSS CAPITAL PARTNERS S.A.**

Em 27 de abril de 2023, através da 1ª alteração do contrato social da RJSS CAPITAL PARTNERS S.A., foi realizada a cessão e transferência das 999 (novecentas e noventa e nove) quotas, pelo valor de R\$ 999 (novecentos e noventa e nove reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para a sócia ingressante REAG Asset Management S.A., que passa a ser controladora de 100% das quotas da Empresa.

- **PP PROMOTORA DE VENDAS S.A.**

Em 13 de maio de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 100% (cem por cento) das ações de emissão da PP Promotora de Vendas S.A., que se refere a uma empresa responsável pela operação da plataforma BOM PRA CRÉDITO.

- **QISTA HOLDING FINANCEIRA S.A.**

Em 13 de maio de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da Focus Holding Financeira S.A. Em 03 de agosto de 2023 foi celebrado através da Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Focus Holding Financeira S.A. para Qista Holding Financeira S.A.

- **TOUAREG PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Em 05 de julho de 2023, a Companhia formalizou através de sua controlada REAG SEG Holding de Seguros S.A., o instrumento particular de compra e venda de quotas, por meio do qual adquiriu 100% (cem por cento) das quotas de emissão do Touareg Participações Ltda. sociedade empresária limitada, bem como suas subsidiárias e controladas.

- **REAG OVERSEAS LTDA.**

Em 22 de agosto de 2023 foi celebrado o instrumento particular de constituição da sociedade empresária limitada unipessoal denominada Reag Overseas Ltda., o qual o capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional é de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo a única sócia a REAG Investimentos S.A.

- **REAG INVESTMENT MANAGEMENT LLC (FL)**

Em 02 de outubro de 2023, foi realizada a abertura da REAG Investment Management LLC, empresa controlada pela REAG Overseas Ltda., o qual possui 80% de participação do capital social.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- **FCBPC HOLDING S.A.**

Em 31 de outubro de 2023, a Companhia formalizou através de instrumento particular de compra e venda de ações a aquisição de 44% (quarenta e quatro por cento) das ações de emissão da FCBPC Holding S.A., holding que controla a QISTA Holding Financeira S.A., que por sua vez controla a QISTA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. Com esta aquisição a Companhia passa a deter 49% de participação na QISTA Holding Financeira S.A., sendo 5% de participação direta e 44% de participação indireta.

- **BLUM PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Em 04 de dezembro de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição de 100% (cem por cento) das quotas da Blum Participações Ltda., que correspondem a 501.000 (quinhentos e uma mil) quotas. Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 100% do capital da Empresa.

- **REAG GESTÃO DE CRÉDITOS LTDA.**

Em 15 de dezembro de 2023, foi formalizado através da 2ª alteração do contrato social a saída da Companhia como sócia mediante a cessão e transferência de 1.000 (mil) cotas de sua titularidade, totalizando R\$ 1.000 (mil reais) entre as sócias ingressantes REAG Asset Management S.A. que passa a deter 999 (novecentas e noventa e nove) cotas, no valor de R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais), e RGR Partners Participações Ltda. que passa a deter 1 (uma) cota, no valor de R\$ 1,00 (um real).

- **REAG GESTÃO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**

Em 15 de dezembro de 2023, foi formalizado através da 2ª alteração do contrato social a saída da Companhia como sócia mediante a cessão e transferência de 1.000 (mil) cotas de sua titularidade, totalizando R\$ 1.000 (mil reais) entre as sócias ingressantes REAG Asset Management S.A. que passa a deter 999 (novecentas e noventa e nove) cotas, no valor de R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais), e RGR Partners Participações Ltda. que passa a deter 1 (uma) cota, no valor de R\$ 1,00 (um real).

- **REAG EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**

Em 16 de outubro de 2023, foi formalizado através da 4ª alteração do contrato social a saída da Companhia como sócia mediante a cessão e transferência de 100.000 (cem mil) cotas de sua titularidade, totalizando R\$ 100.000 (cem mil reais) entre as sócias ingressantes REAG Asset Management S.A. que passa a deter 99.999 (noventa e nove mil e novecentas e noventa e nove) cotas, no valor de R\$ 99.999,00 (noventa e nove mil, e novecentos e noventa e nove reais), e RGR Partners Participações Ltda. que passa a deter 1 (uma) cota, no valor de R\$ 1,00 (um real).

- **REAG JUS – GESTÃO DE ATIVOS JUDICIAIS LTDA.**

Em 15 de dezembro de 2023, foi formalizado através da 2ª alteração do contrato social a saída da Companhia como sócia mediante a cessão e transferência de 1.000 (mil) cotas de sua titularidade, totalizando R\$ 1.000 (mil reais) entre as sócias ingressantes REAG Asset Management S.A. que passa a deter 999 (novecentas e noventa e nove) cotas, no valor de R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais), e RGR Partners Participações Ltda. que passa

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a deter 1 (uma) cota, no valor de R\$ 1,00 (um real).

Principais mudanças na estrutura societária dos Fundos de Investimentos que a Companhia possui participação relevante:

- **STEELCORP**

Em 05 de outubro de 2023, foi celebrado o instrumento particular de acordo de investimento e outras avenças, entre SH FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo que se refere a um investimento da Companhia, e DRY SERVICE CONSTRUCTION S.A. E DRY SERVICE LTDA., empresas do ramo de construção civil com a denominação de SteelCorp. O acordo de investimento celebrado entre as partes tem por objeto regrar os termos e condições do investimento a ser realizado pelo investidor no capital social da SteelCorp, por meio da subscrição e integralização, por parte do investidor, de novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, equivalentes a 30% (trinta por cento) da totalidade de ações de emissão da SteelCorp à época da subscrição, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, a serem subscritas e integralizadas pelo investidor, o qual dará direito ao investidor de exercer o bônus de subscrição e subscrever as ações subscritas, nos termos do bônus de subscrição.

- **NIO MEIO DE PAGAMENTOS S.A.**

A NIO Meios de Pagamentos S.A. é uma instituição de pagamento constituída na forma da Lei 12.865/13 e regulada pelo Banco Central do Brasil, conforme as Resoluções BACEN 4.282/13 e BCB 80/21, que explora a atividade de meios de pagamentos através da emissão e administração de cartões de crédito. Em 30 de junho de 2023, foi celebrado o instrumento particular de cessão e transferência de 155 cotas que representam 51,13% do Excelsior Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado e Outras Avenças para o REAG Multi Estratégia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado. Destacando que o FIM Excelsior é detentor de 100% (cem por cento) das cotas do AURIGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA ("FIP Auriga"), e o FIP Auriga é detentor de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da NIO Meios de Pagamentos S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

C. eventos ou operações não usuais

A Diretoria da Companhia informa que não houve no último exercício social ou no exercício corrente, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia



2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. informar o valor das medições não contábeis
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações



2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

2.7 Destinação de resultados

- 2.7.** Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:
- regras sobre retenção de lucros
 - regras sobre distribuição de dividendos
 - periodicidade das distribuições de dividendos
 - eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
 - se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

	2023
Regras sobre a retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não detinha reservas obrigatórias previstas na legislação pelo fato de ter sido consumidas por parte do prejuízo apresentado no exercício.
Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo e desta forma não realizou destinações para a reserva legal e reserva de lucros conforme trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.
Regras sobre a distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 5% do Lucro Líquido Ajustado. Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.
Restrições às distribuições de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.



2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iii. contratos de construção não terminada

A Diretoria da Companhia esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia informa que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e no último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Durante o ano de 2023, a Companhia teve mudanças relevantes em sua estrutura societária conforme mencionado no item 2.4. b), e tais mudanças se referem a aquisições de empresas que refletiu a um aumento de R\$ 56 milhões em seus investimentos.

Adicionalmente, foram mencionados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na nota explicativa de eventos subsequentes, aquisições de empresas, bem como submissão de controle para 100% de participação de uma das investidas adquiridas em 2023 com percentual de 44%.
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos

Durante o 2º trimestre de 2023 a Companhia tomou três CCBs que somam R\$ 350 milhões de principal + R\$ 7 milhões de IOF + R\$ 37 milhões de juros, sendo o pagamento a ser iniciado a partir de 2025. As entradas destas CCBs foram destinadas para expansão do portfólio de negócios e investimentos conforme planejamento estratégico de crescimento da Companhia.
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, não houve aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de forma material a capacidade produtiva da Companhia.

2.10 Planos de negócios

- C. novos produtos e serviços, indicando:
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano de 2023 houve a introdução de dois novos segmentos operacionais, sendo securitização e seguros.

Em 14 de novembro de 2023, a Companhia recebeu a Carta Homologatória Eletrônica da Superintendência de Seguros Privados ("Susep") deferindo a constituição da REAG SEGURADORA S.A. ("REAG Seguradora"). Esta autorização fortalece a atuação da REAG no ramo de seguros, conforme seu plano de negócios.

- d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os Diretores entendem que os fatores que afetaram o desempenho operacional da Companhia foram identificados nos demais itens desta seção 2 e estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, destacando que a Companhia participa como controladora de diversas empresas que possuem suas receitas reconhecidas em decorrência da prestação de serviços relacionados a prestação de serviços de administração, gestão, entre outros. E a administração consolida em suas demonstrações financeiras além destas empresas, os fundos de investimentos controlados que estão em sua estrutura de forma direta e indireta.

Ao longo do ano de 2023, a administração realizou a avaliação da estimativa da perda de crédito esperada dos valores a receber de cessão de recebíveis e direitos creditórios, considerando os requerimentos do CPC 48 e IFRS 9, o qual envolve o uso de julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros fatores: (i) a evolução dos atrasos; (ii) históricos de renegociações dos respectivos créditos para a determinação por parte da administração da existência de aumento significativo de risco de crédito, bem como a classificação dos créditos por estágios (1), (2) e (3). A mensuração do montante de provisão para perda esperada por estágios, por parte da administração, envolveu julgamento significativo, e a observação da evolução dos históricos de atrasos e renegociações, o qual tivemos um impacto de entorno de R\$ 60 milhões diretamente no resultado do exercício.



3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que nossa Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades



3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções, as quais não foram apresentadas para os três últimos exercícios sociais.

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções, as quais não foram apresentadas para os três últimos exercícios sociais.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções, as quais não foram apresentadas para os três últimos exercícios sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

A Companhia é envolvida em exposição em determinados riscos. Os investidores ao tomar qualquer tipo de decisão de investimento em valores mobiliários da Companhia devem analisar de forma cuidadosa, todas as informações contidas nesse Formulário de Referência, e nas respectivas demonstrações financeiras da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de riscos descrito a seguir. Todos os fatores de risco a seguir, são de conhecimento da Companhia que na data do referido Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas controladas de forma adversa. Além disso, riscos adicionais ou imateriais não considerados pela Companhia na data base deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia e suas controladas de forma adversa.

a. Emissor

Como algumas de nossas subsidiárias operacionais são instituições financeiras e/ou de pagamentos, nosso negócio também está sujeito ao risco inerente de crédito:

Uma característica importante de nosso sistema de gestão de risco de crédito é um sistema interno de pontuação de crédito que avalia o perfil de risco específico de cada cliente. Como esse processo envolve uma análise detalhada de um cliente, levando em consideração fatores quantitativos e qualitativos, ele está sujeito a erros. Isto posto, modelos de risco internos podem nem sempre ser capazes de prever com precisão o risco de crédito futuro de nossos clientes ou atribuir uma pontuação precisa de crédito, o que pode resultar em nossa exposição a riscos de crédito mais elevados do que o indicado por nosso sistema de gerenciamento de risco. Também utilizamos certas informações de crédito de clientes disponíveis publicamente, informações relacionadas a contratos de crédito e outras fontes públicas para avaliar a solvência de um cliente. Devido às limitações na disponibilidade de informações e à infraestrutura de informações subdesenvolvida nos mercados em que operamos, nossa avaliação do risco de crédito associado a um determinado cliente pode não se basear em informações completas, precisas ou confiáveis. Além disso, não podemos assegurar que nossos sistemas de pontuação de crédito colem informações completas ou precisas que reflitam o comportamento real dos clientes ou que seu risco de crédito possa ser avaliado corretamente. Sem informações completas, precisas e confiáveis, temos que contar com outros recursos disponíveis publicamente e com nossos recursos internos, que podem não ser eficazes. Como resultado, nossa capacidade de administrar com eficácia nosso risco de crédito e posteriormente determinar nossas provisões para perdas de crédito pode ser adversamente afetada.

Da mesma forma, estamos expostos ao risco de contraparte, que pode surgir, por exemplo, do investimento em valores mobiliários de terceiros, celebração de contratos de derivativos sob os quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos ou firmar

4.1 Descrição dos fatores de risco

negociações envolvendo valores mobiliários, futuros ou moeda de atividades de negociação proprietárias que não sejam liquidadas no prazo devido à não entrega pela contraparte ou à falha de sistemas por agentes de compensação, câmaras de compensação ou outros intermediários financeiros. Muitas das transações de rotina que executamos nos expõem a um risco significativo no caso de inadimplência de uma de nossas contrapartes relevantes. Se esses riscos derem origem a perdas, isso pode nos afetar de forma substancial e adversa. Ainda, como normalmente fazemos transações com contrapartes no setor de serviços financeiros, incluindo corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento e outros clientes institucionais. As inadimplências e até mesmo rumores ou dúvidas sobre a solvência de certas instituições financeiras e o setor de serviços financeiros podem levar a problemas de liquidez em todo o mercado, o que pode ocasionar perdas substanciais para nossos negócios.

Nós dependemos de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet poderia afetar adversamente nossos negócios:

Devido ao alto volume de processamento diário, dependemos da tecnologia e da gestão de informações, o que nos expõe a eventual indisponibilidade de sistemas e infraestrutura, como falta de energia, pane, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades e eventos resultantes de questões mais abrangentes de natureza política ou social, como ataques cibernéticos ou a divulgação não autorizada de informações pessoais em nosso poder. Além disso, temos operações em várias localidades geográficas e estamos sujeitos com frequência à ocorrência de eventos fora de nosso controle. Os planos de contingência que possuímos podem não ser suficientes para evitar que nossa capacidade de conduzir negócios seja impactada de forma adversa por falhas na infraestrutura que suporta nossos negócios. Somos muito dependentes de tecnologia e isso nos torna vulneráveis a vírus, worms e outros softwares mal-intencionados, inclusive bugs e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de nossos sistemas e resultar no vazamento de dados.

Falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos ou fraudes, não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos, como também geram conflitos com nossos clientes, processos judiciais, indenizações punitivas a terceiros, multas regulatórias, sanções, intervenções, e outros custos de indenização, todos os quais podendo afetar de maneira significativa e adversa nossos negócios, nossa reputação e os resultados das operações,

Além disso, dependemos de certos serviços terceirizados para o adequado funcionamento do nosso negócio e da nossa infraestrutura tecnológica, como centrais de atendimento, redes, internet e sistemas, entre outros, prestados por empresas externas ou terceirizadas, e dependemos até certo ponto de provedores externos de gerenciamento de dados. Interrupções na prestação desses serviços ou dados, causados pela falta de fornecimento ou à baixa qualidade dos serviços contratados, podem afetar a condução dos nossos negócios, bem como nossos clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar nosso risco operacional podem não ser totalmente eficazes em situação de estresse:

Se nossas políticas e procedimentos não forem totalmente eficazes ou não formos bem-sucedidos na captura de todos os riscos aos quais estamos ou podemos estar expostos, podemos sofrer danos à nossa reputação ou estar sujeitos a ações judiciais ou procedimentos administrativos de natureza regulatória que podem ter um efeito adverso substancial em nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira. Além disso, se a nossa gestão depender de modelos de risco, seja no que diz respeito a riscos de mercado, de crédito ou operacionais - que sejam falhos ou mal desenvolvidos, implementados ou usados, ou se a administração interpretar de modo equivocado ou usar essas informações para fins para os quais não foram projetados, podemos deixar de gerenciar nossos riscos de maneira adequada. Ademais, se os clientes ou contrapartes, existentes ou potenciais, acreditarem que nossa gestão de risco é inadequada, eles podem realizar seus negócios nos ambientes de outras companhias ou tentar limitar suas transações conosco. Além disso, alguns dos modelos e outras estimativas analíticas e baseadas em julgamentos que adotamos na gestão de risco estão sujeitos a revisão e requerem a aprovação de nossos reguladores. Se nossos modelos não atenderem às suas expectativas, nossos reguladores podem exigir que façamos alterações em tais modelos, podem aprová-los com exigências de capital adicional ou podemos ser impedidos de usá-los e qualquer um destes eventos pode limitar nossa capacidade de operar nossos negócios.

A falha em implementar, monitorar de forma consistente ou refinar continuamente nossos sistemas de gestão de risco pode resultar em um efeito adverso relevante em nossa reputação, resultados operacionais e condição financeira.

Nosso negócio é altamente dependente do funcionamento adequado dos sistemas de tecnologia da informação, especialmente em grande escala. Qualquer falha nesses sistemas poderia interromper nosso negócio e prejudicar nossa capacidade de prestar serviços e produtos de maneira eficaz a nossos clientes.

Fator de risco reputacional

Qualquer tipo de dano à nossa reputação poderia prejudicar nossos negócios e as perspectivas para o longo prazo. No mercado financeiro, somos altamente dependentes de nossa imagem devido a credibilidade para geração de negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e provocar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros stakeholders, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas de terceiros na gestão de riscos, entre outros. Além disso, algumas ações significativas tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Se formos incapazes, ou percebidos como incapazes, de lidar adequadamente com essas questões, podemos estar sujeitos a penalidades, multas, ações coletivas e investigações regulatórias, entre outros. Danos à nossa reputação entre clientes, investidores e outros stakeholders podem afetar, adversamente e de maneira relevante, nossos negócios, nosso desempenho financeiro e nossas perspectivas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo um possível ataque cibernético, podem interromper as operações e impactar negativamente nos negócios e na reputação da Companhia.

A publicidade negativa sobre nós ou nosso setor pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas futuras.

Fator de risco de concentração:

O risco de concentração é o risco associado a potenciais perdas financeiras altas causadas por uma exposição significativa a um determinado componente de risco, seja relacionado a uma certa contraparte, setor, região geográfica, instrumento de mitigação de risco, índice ou moeda. Alguns exemplos incluem exposição significativa a uma única contraparte, a contrapartes operando no mesmo setor econômico ou região geográfica, a segmentos de negócio ou produtos de crédito, ou a instrumentos financeiros que dependem do mesmo índice ou moeda. Acreditamos que a não diversificação de transações relacionadas com um determinado fator de risco poderia gerar um prejuízo financeiro significativo.

Profissionais-chave responsáveis pelo desenvolvimento e execução dos negócios:

A Companhia e suas controladas diretas ou indiretas são dependentes de sua alta administração e de seus profissionais-chave para desenvolvimento e execução de seus negócios em relação a suas estratégias comerciais e políticas de investimentos, inclusive no que se refere à administração e à operação de seus negócios e da administração e gestão de suas controladas.

A Companhia consegue manter seus profissionais e com isso aumentar sua capacidade de crescimento e para continuar competindo de forma eficaz, a Companhia busca atrair novos profissionais com visão ao longo prazo.

A Companhia possui incentivos para manter profissionais-chave. Entretanto caso a Companhia não consiga manter ou atrair tais profissionais qualificados, seus negócios, operações e situação financeira podem ser adversamente impactados.

Capacidade de manter seus profissionais é fundamental para seu sucesso, e sua capacidade de crescer e continuar competitivo de forma eficaz pode depender da sua capacidade de atrair novos profissionais-chave:

Os profissionais da Companhia e de suas controladas são fundamentais para o desenvolvimento de seus negócios, e o sucesso da Companhia (incluindo sua capacidade de competir de forma eficaz em seus negócios) é extremamente dependente dos esforços da alta administração, e de seus colaboradores e empregados. Consequentemente, o crescimento e sucesso futuro da Companhia dependem em amplo grau da sua capacidade de manter e motivar tais administradores e profissionais e de contratar, manter e motivar, de forma estratégica, novos talentos profissionais. A Companhia pode não ser bem-sucedida em seus esforços de contratar, manter e motivar os profissionais pretendidos para atuar em suas controladas. A habilidade da Companhia de atrair, reter e motivar tais indivíduos depende da habilidade da Companhia de oferecer incentivos e oportunidades atraentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os incentivos que a Companhia fornece ou oferece para estas pessoas podem não ser eficazes para atrair, manter e motivar estas pessoas, especialmente em um cenário de queda de performance da Companhia. Caso a Companhia não consiga manter ou atrair tais profissionais qualificados, seus negócios, operações e situação financeira podem ser adversamente impactados.

Receitas relacionadas a gestão de investimentos e taxas de administração:

As receitas com as taxas de administração dos fundos de investimentos das sociedades controladas pela Companhia, podem sofrer efeitos adversos, na hipótese de condições econômicas ou de mercado adversas.

Condições financeiras e reforma tributárias, podem causar efeitos adversos nas operações dos fundos e consequentemente nas taxas de remunerações pagas para a controladas da Companhia.

Condições econômicas e de mercado desfavoráveis ou incertas podem ser causadas por: (i) redução no crescimento econômico, nos negócios ou na confiança do investidor ou das empresas que contratam a Companhia e suas controladas; (ii) limitação da disponibilidade ou aumento do custo de crédito e de capital; (iii) aumentos da inflação, taxas de juros, volatilidade da taxa de câmbio, juros moratórios ou do preço de commodities básicas; (iv) eclosões de hostilidades ou outra instabilidade geopolítica; (v) eclosões de surtos de doenças transmissíveis em escala global; ou (vi) escândalos corporativos, políticos ou de outra natureza que reduzam a confiança do investidor nos mercados de capitais. Todos esses fatores, caso verificados, de forma individual ou conjuntamente, podem causar um efeito adverso nas operações, e situação financeira da Companhia, uma vez que resultarão na redução demanda pelos serviços prestados pela Companhia e suas controladas.

A receita das controladas da Companhia em decorrência as taxas de gestão de recursos, pode ser menor na hipótese de retração do mercado. Com efeitos a pandemia e as novas variantes, o mercado pode retrair e levar uma redução do volume de investimentos realizados pela Companhia e suas controladas em nome próprio e em nome de seus clientes, por conseguinte, reduzir as referidas receitas decorrentes de gestão de recursos.

Com a retração da população pode dificultar a captação de recursos para novos investimentos ou aumento de capital, em virtude da migração dos clientes para classe de ativos mais tradicionais com um grau de risco quase 0 e com maior volume de liquidez, como por exemplo, Tesouro Direto ou Poupança. Com essa migração a área de gestão pode não ser capaz de realizar esses investimentos com sucesso e a margem líquida do negócio cair significativamente.

Além da retração comentada anteriormente, a Companhia e suas controladas dependem de profissionais para avaliar e tomar decisões corretas com relação aos investimentos a serem realizados.

Existe pouca informação disponível ao público sobre companhias fechadas e a área de Investimentos é obrigada a confiar na capacidade de seus profissionais para obter informações adequadas para avaliar os retornos em potencial oriundos do investimento nessas companhias. Caso os profissionais não sejam capazes de coletar todas as informações relevantes sobre essas companhias, a área de Investimentos pode deixar de tomar uma decisão de investimento bem-informada e como consequência, perder recursos da Companhia e de terceiros investidores, além de diminuir os recursos percebidos a título de taxa de performance.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, é necessário um tempo substancial para identificar, negociar e consumir oportunidades atrativas de investimentos, bem como estruturar os fundos para que esses investimentos sejam concretizados. Esses fatores podem afetar os retornos dos investimentos proprietários realizados pela Companhia nos fundos estruturados e geridos pela área de Investimentos, bem como as receitas com taxas de gestão e performance que a área recebe por seus serviços.

A área de Asset Management pode ser afetada pelo baixo rendimento financeiro dos ativos investidos pela Companhia:

Uma performance operacional negativa nos ativos ilíquidos investidos com capital proprietário da Companhia afeta o valor de marcação a mercado desses ativos e, por consequência, o resultado de reavaliação de ativos. Adicionalmente, podem afetar a capacidade da Companhia de atrair novos investidores ou captar recursos adicionais com os investidores já existentes e consequentemente impactar as taxas de gestão e performance que a controla da Companhia recebe em função do valor dos ativos sob gestão.

Capacidade dos profissionais de avaliar e tomar decisões corretas com relação aos investimentos a serem realizados:

Pela falta de informações ao público sobre companhias fechadas, a área de investimentos é obrigada a confiar na capacidade de seus profissionais de obter informações e avaliar cada investimento realizado pela Companhia. Caso os profissionais não sejam capazes de obter informações precisas e relevantes, a área de investimento pode ser afetada por uma tomada de decisão de forma equivocada e realizar um investimento capaz de gerar prejuízos e desembolso de caixa para Companhia e consequentemente afetando a saúde econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podem ser afetadas adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções:

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto quanto aos seus artigos 52, 53 e 54, referentes às sanções administrativas, os quais entrarão em vigor somente em 1º de agosto de 2021, conforme definido pela Lei nº 14.010/2020.

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma

4.1 Descrição dos fatores de risco

simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

A Companhia possui diretrizes e utiliza os dados pessoais de acordo com a legislação informada anteriormente. Entretanto tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, principalmente em relação a vazamento. A Companhia realiza investimentos para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

Falhas ou interrupções nos sistemas de gestão de informação da Companhia podem ter um efeito relevante na operação:

As atividades da Companhia e de suas controladas dependem da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de gestão de informação. Os sistemas de gestão de informação da Companhia estão sujeitos a danos ou interrupção por diversos fatores que estão fora do seu controle, tais como falhas ou ações humanas, incêndios, desastres naturais, falta de energia ou falha nos sistemas de telecomunicação.

Caso qualquer um destes sistemas não funcione de forma adequada ou esteja fora de funcionamento ou sofra fraudes, a Companhia e suas controladas podem sofrer interrupção em suas operações ou não identificar com precisão os riscos a que está exposta, o que pode ter efeito adverso relevante sobre operações, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, a segurança dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia pode ser corrompida por programadores experientes ou hackers, que podem não só prejudicar o regular funcionamento de tais sistemas como apropriar-se indevidamente das informações confidenciais da Companhia ou de seus clientes e fontes pagadoras. Ademais, o crescimento dos negócios da Companhia pode necessitar o aprimoramento dos sistemas operacionais e financeiros, os quais podem não ser realizados em tempo hábil. A ocorrência de qualquer dos eventos acima pode impactar negativamente as atividades operacionais da Companhia e a sua imagem.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversos riscos operacionais inerentes aos seus negócios, incluindo aqueles relacionados ao funcionamento dos seus sistemas operacionais:

Os negócios das controladas da Companhia, são extremamente dependentes da sua capacidade de processar e monitorar de forma eficiente e exata, diariamente, um grande número de operações, muitas das quais altamente complexas, em diversos mercados e com diversas moedas de transições. Essas operações, bem como os serviços de tecnologia da informação prestado aos clientes, devem sempre observar com frequência, leis, normas e jurisdições vigentes. A administração de riscos operacional, legal, fiscal e regulatório da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia e suas controladas exige, dentre outras informações, políticas e procedimentos para registrar adequadamente e verificar um grande número de operações e eventos, as quais podem não ser totalmente eficazes.

A capacidade da Companhia e suas controladas de realizar negócios poderá ser afetada de forma adversa em função de problemas relacionados à infraestrutura dos seus negócios e às localidades em que se encontra. Isto pode incluir a interrupção de serviços elétricos, de comunicação, internet, transporte, sistemas de segurança e de informática ou outros serviços utilizados pelas controladas ou por terceiros com os quais as controladas realizam negócios. Se qualquer desses serviços de infraestrutura não operarem de maneira adequada ou forem desabilitados, a Companhia e suas controladas poderão incorrer em prejuízo financeiro, interrupção dos seus negócios, responsabilidade perante clientes, intervenção regulatória ou danos à sua reputação. Também poderão advir prejuízos em decorrência de pessoal inadequado, processos e sistemas de controle interno equivocados ou falhos, falhas dos sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações comerciais normais, tais como atos terroristas, desastres naturais ou sabotagem. Adicionalmente, a estrutura de seus controles e procedimentos de mitigação de risco operacional pode se revelar inadequada ou ser burlada. As despesas relacionadas à prevenção, tratamento ou mitigação dos eventuais problemas referidos acima podem ser significativas.

Redução da classificação de qualidade de Gestão de Investimentos (ratings):

Para melhores captações e evidência no mercado financeiro, são realizadas classificações que são atribuídas por agências privadas de classificação de crédito que podem reduzir ou retirar as classificações atribuídas a Companhia. Uma redução no rating pode elevar o custo, principalmente, na captação de novos clientes para investimentos a longo prazo.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação de risco não rebaixarão suas classificações de crédito. Alterações nas circunstâncias, reais ou percebidas, podem resultar em alterações significativas nos ratings de crédito, o que, por sua vez, poderia afetar negativamente seus ganhos e liquidez.

A controlada indireta REAG Asset Management possui rating de qualidade de gestão emitido pela FITCH RATINGS sendo a última classificação no relatório emitido em 31 de maio de 2023 como “Proficiente” e perspectiva estável. Rating ‘Proficiente’: O rating da REAG Asset Management Ltda. considera seu bom processo de investimento (particularmente de fundos imobiliários (FIIs)), que se beneficia do suporte de empresas especializadas, e a experiente equipe de executivos. Além disso, o rating reflete os bons sistemas dos FIIs e de risco, com apropriada automação e integração. O rating ‘Proficiente’ da REAG reflete a opinião da Fitch de que a gestora possui capacidade de investimento e características operacionais boas em relação às estratégias de investimento oferecidas e dentro do escopo do rating”.

O rating considera o bom processo de investimento particularmente dos fundos imobiliários, que é beneficiado pelo suporte de empresas especializadas, e a experiente equipe de executivos, apesar da alta rotatividade de executivos seniores e do pouco tempo da maioria destes na empresa. Além disso, a classificação reflete os bons sistemas da gestora, com apropriada automação e integração.

Destacando que o rating da REAG Asset Management considera apenas as atividades da gestora no mercado doméstico de fundos imobiliários (FIIs) e tradicionais, como multimercados e de ações. A classificação não se aplica às outras áreas de negócios, como

4.1 Descrição dos fatores de risco

fundos de investimentos em participações (FIPs), de investimentos em direitos creditórios (FIDCs) e atividades de administração fiduciárias, que têm processos e políticas próprias.

Riscos legais e regulatórios são inerentes e substanciais aos negócios da Companhia e suas controladas:

O setor de serviços financeiros está sujeito a extensa regulamentação, tanto no Brasil como no exterior. Os mercados financeiros e de capitais brasileiros estão sujeitos a um intenso e permanente controle regulatório por parte do governo brasileiro, especialmente do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os quais, em cada caso, afetam diretamente os negócios da Companhia e suas controladas, podendo afetar suas operações e linhas de produtos.

As controladas indiretas REAG Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários S.A., REAG Administradora de Recursos Ltda. e REAG Asset Management S.A. estão sujeitas a uma extensa regulamentação por parte de órgãos governamentais e autorreguladores, cujas exigências se destinam a assegurar a integridade dos mercados financeiros e proteger os investidores, aumentando os custos de *compliance* dos agentes desses mercados.

As normas do governo brasileiro e suas intervenções podem afetar negativamente as operações e rentabilidade da Companhia e suas controladas. A Companhia podem ser afetadas negativamente por mudanças na regulamentação, altas relacionas a carga tributária, entre outros riscos governamentais.

Pagamento de dividendos aos acionistas titulares de seus valores mobiliários:

De acordo com o seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir 25% do seu lucro líquido anual ajustado, a título de dividendo mínimo obrigatório na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia é uma holding e seus resultados dependem diretamente das operações, atividades e resultados de suas controladas diretas e indiretas, possuindo, cada uma delas, riscos específicos de seus negócios. A capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende da distribuição dos lucros de suas controladas e de suas controladas em conjunto. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou que serão suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos a seus acionistas.

Assim, caso, dentre outros fatores, (i) o lucro líquido da Companhia seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízos de períodos anteriores ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (ii) suas controladas deixem de distribuir lucros à Companhia ou os distribua em montante inferior ao necessário para cumprir com suas obrigações financeiras e pagar dividendos aos seus acionistas; (iii) o Conselho de Administração da Companhia informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a sua situação financeira, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, nos termos do artigo 202, §4º da Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) exista alguma restrição à distribuição de dividendos em contratos de financiamento celebrados pela Companhia, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, as leis relacionadas à isenção do imposto de renda na distribuição de dividendos e à tributação de juros sobre capital próprio podem ser alteradas no futuro, conforme projeto de lei da reforma tributária, e recebimentos ou distribuições de dividendos podem se tornar sujeitos a impostos. No mais, os impostos sobre juros sobre o capital próprio podem ser aumentados, impactando assim o valor líquido que os acionistas da Companhia podem receber.

Riscos de Invasões cibernéticas:

A Companhia e suas controladas podem enfrentar vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se limitando a: penetração de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação, por terceiros, infiltração de malware (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem a Companhia e suas controladas trocam dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes ou proprietários por pessoas dentro ou fora da organização e ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviço que podem resultar em perdas de negócios.

A Companhia pode não ser capaz de proteger com sucesso seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra tais ameaças. Nos últimos anos, sistemas de computador de empresas e organizações tem sido alvo não apenas de criminosos cibernéticos, mas também de ativistas e Estados. A Companhia pode estar sujeita a uma série de ataques cibernéticos, como negação de serviço, malware e *phishing*. Os ataques cibernéticos podem dar origem à perda de quantidades significativas de dados de clientes e outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos (incluindo dinheiro). Além disso, os ataques cibernéticos podem dar origem à inutilização dos sistemas de tecnologia da informação usados para atender seus clientes. Como as tentativas de ataques continuam a evoluir em escopo e sofisticação, a Companhia pode incorrer em custos significativos em sua tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra tais ataques, ou investigar ou corrigir qualquer vulnerabilidade ou violação resultante ou em comunicar ataques cibernéticos aos seus clientes.

Caso a Companhia não consiga gerenciar efetivamente o risco de segurança cibernética, por exemplo, deixando de atualizar os seus sistemas e processos em resposta a novas ameaças, poderá prejudicar sua reputação e afetar negativamente seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas por meio do pagamento de indenizações a clientes, multas ou perda de ativos. Além disso, a Companhia também pode estar sujeita a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil. Os sistemas de tecnologia da informação dependem de infraestrutura crítica e qualquer ataque cibernético contra essa infraestrutura crítica pode afetar negativamente a sua capacidade de atender seus clientes. A Companhia tem a capacidade limitada de proteger seus sistemas de tecnologia da informação contra os efeitos adversos desse ataque cibernético.

Adicionalmente, de acordo com Resolução CMN no 4.658, de 26 de abril de 2018, instituições financeiras devem observar novos requisitos de segurança cibernética e para contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. O não cumprimento de tais obrigações regulatórias podem causar efeitos adversos à Companhia e suas controladas que estão sujeitas a esta resolução.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Relação de processos judiciais, administrativos dos quais a Companhia e suas controladas ou administradores são ou possam ser partes, podem gerar efeitos adversos no resultado:

A Companhia e suas controladas são e podem ser partes em processos judiciais e administrativos de qualquer natureza, sendo, tributária, criminal, cível, trabalhista, entre outros. As contingências são passíveis de provisões sempre que a perda for avaliada como provável. São também registradas provisões, independentemente do prognóstico de perda, para os casos de contingências fiscais em que o resultado da demanda dependa do reconhecimento de inconstitucionalidade de lei vigente.

A Companhia não pode garantir que novos processos de quaisquer outras naturezas, judiciais ou administrativos, contra ele, suas controladas ou respectivos administradores não venham a surgir, o que poderá resultar em prejuízos financeiros e danos reputacionais, causando um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

- b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia detém participação em outras sociedades e depende de seus resultados financeiros para compor seus resultados e patrimônio, além de estar exposta aos riscos financeiros e comerciais dessas sociedades:

A Companhia detém participações, diretas e indiretas, em diversas sociedades, e o resultado dessas participações compõe parte dos resultados da Companhia. Dessa forma, os resultados apresentados pelas investidas da Companhia podem impactar os resultados consolidados da Companhia.

A Companhia não pode garantir que receberá quaisquer dividendos ou outras distribuições dessas sociedades.

Além disso, a Companhia poderá estar exposta a riscos financeiros e comerciais relacionados a suas controladas, podendo ser solidária ou subsidiariamente responsabilizada por eventuais inadimplementos ou descumprimentos por parte dessas sociedades.

No curso de suas atividades, as sociedades controladas da Companhia são ou podem ser parte em processos judiciais de diversas naturezas, incluindo questões cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e de defesa do consumidor, que poderão, eventualmente, afetar a Companhia ou sujeitar a Companhia à responsabilização. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, a Companhia poderá ter impactos negativos financeiros, de imagem e em seus resultados.

Adicionalmente, a Companhia não detém o controle integral em determinadas sociedades. Nesses casos, a Companhia poderá estar exposta a eventuais efeitos adversos decorrentes da conduta dos demais sócios nas sociedades em que não detém a totalidade da participação.

Além disso, eventuais disputas entre os demais sócios e a Companhia nessas sociedades podem resultar em litígios e processos de arbitragem que demandariam recursos adicionais e tempo. Esse tipo de risco poderia afetar adversamente a Companhia e seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. suas controladas e coligadas

Considerando que somos uma sociedade de participações (holding), os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários são essencialmente decorrentes dos riscos a que estão expostas nossas controladas e coligadas.

d. seus administradores

A atividade em que a Companhia está inserida possui características específicas, tanto em relação aos seus processos operacionais, quanto às demandas regulatórias e legais, incluindo, mas não se limitando, àquelas impostas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e pela ANBIMA.

Os nossos administradores, sobretudo os membros independentes do nosso conselho de administração, podem, eventualmente, ser administradores de outras companhias, de capital aberto ou não, no Brasil ou no Exterior.

Nós não temos acesso ou controle em relação às políticas e procedimentos destinados a impedir quaisquer atividades ilegais ou impróprias nessas companhias, razão pela qual, no exercício dessas funções, os nossos administradores podem ser responsabilizados por atos ilícitos. O envolvimento dos nossos administradores nessas companhias e eventual responsabilização por seus atos no exercício de suas funções podem causar dano à nossa reputação e imagem ou outros efeitos adversos.

e. seus fornecedores

Fator de risco operacional

Não é possível assegurar que os fornecedores da Companhia observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, incluindo em relação aos direitos humanos, trabalho forçado, análogo ao de escravo e/ou infantil e saúde e segurança do trabalho, em relação aos contratados e subcontratados. Logo, eventual constatação de práticas irregulares na cadeia de fornecimento pode gerar danos à imagem da Companhia, assim como de suas marcas. Além dos impactos de reputação, essas práticas poderão acarretar prejuízos financeiros, decorrentes da perda de atratividade das marcas junto aos clientes, assim como a queda no valor da Companhia.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados, não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada subsidiária ou solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar material e adversamente os negócios, a imagem e resultados financeiros da Companhia. A Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes, danos, lesões corporais ou óbitos dentro das instalações, ocorridos com funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios.

Existem também fatores que incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora de nosso controle, como a falta de energia, a interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades (como bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços). Nosso processo de avaliação de fornecedores pode ser insuficiente para evitar a descontinuidade do fornecimento de serviços e materiais necessários às nossas atividades e outras situações que possam afetar a nossa imagem.

f. seus clientes

Fator de risco de crédito

Nosso histórico de perdas de crédito pode não ser indicativo de perdas de crédito futuras e mudanças nos nossos negócios podem afetar adversamente a qualidade de nossa carteira de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos apresentados no contas a receber foi de R\$ 600 milhões, comparada com R\$ 157 milhões em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 281%, que substancialmente demonstram o aumento de nossas carteiras que possuem direitos creditórios, cessão de recebíveis, e contas a receber das dos serviços prestados de nossa operação,

Nossos resultados operacionais e nossa posição financeira dependem de nossa capacidade de avaliar perdas associadas aos riscos aos quais estamos expostos. Ao longo do ano de 2023, a administração realizou a avaliação da estimativa da perda de crédito esperada dos valores a receber de cessão de recebíveis e direitos creditórios, considerando os requerimentos do CPC 48 e IFRS 9, o qual envolve o uso de julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros fatores: (i) a evolução dos atrasos; (ii) históricos de renegociações dos respectivos créditos para a determinação por parte da administração da existência de aumento significativo de risco de crédito, bem como a classificação dos créditos por estágios (1), (2) e (3). A mensuração do montante de provisão para perda esperada por estágios, por parte da administração, envolveu julgamento significativo, e a observação da evolução dos históricos de atrasos e renegociações, o qual tivemos um impacto de entorno de R\$ 60 milhões diretamente no resultado do exercício.

Embora a qualidade da nossa carteira esteja associada ao risco de inadimplência nos setores nos quais atuamos, alterações no perfil dos nossos negócios podem ocorrer, entre outros fatores, em função do nosso crescimento orgânico ou de fusões e aquisições, alterações nas condições políticas e econômicas locais, desaceleração da demanda de clientes, acirramento na concorrência do mercado, alterações na regulamentação e nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos e, em menor grau, de outras mudanças relacionadas em países nos quais operamos e no ambiente econômico internacional. Além disso, o valor de mercado de qualquer garantia relacionada à nossa carteira de crédito pode variar, desde o momento em que a avaliamos no início da negociação até o momento de sua execução, devido a fatores relacionados a mudanças econômicas, políticas ou setoriais além do nosso controle.

Adicionalmente, a Companhia poderá não ser capaz de manter o relacionamento de grandes clientes responsáveis por parcela significativa de sua receita operacional líquida. Além disso, alguns clientes representam parcela relevante das receitas da Companhia. Os fatores que podem contribuir para a perda de clientes incluem: (i) a incapacidade de oferecer serviços a preços competitivos; (ii) a incapacidade de renovar ou renegociar contratos existentes; e (iii) a decisão dos clientes de contratar serviços com empresas concorrentes. Uma redução significativa no número de clientes da Companhia e suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

controladas poderá afetar negativamente sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

O governo brasileiro tem exercido, e continua a exercer, influência sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas no Brasil podem nos afetar adversamente.

O governo brasileiro periodicamente intervém na economia brasileira e realiza mudanças nas políticas e nas regulamentações. As medidas tomadas pelo governo brasileiro já envolveram, no passado, entre outras, alterações nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, mudanças na política monetária, restrições a determinadas importações e, mudanças na política cambial. Os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser material e negativamente afetados por mudanças nas políticas ou nas regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- exigências de reservas e de capital;
- liquidez dos mercados de capitais, financeiro e de crédito;
- crescimento da economia, inflação e volatilidade cambial;
- políticas fiscais e regulatórias;
- restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles cambiais;
- aumentos nas taxas de desemprego, reduções nos salários e níveis de renda e outros fatores que influenciam a capacidade de nossos clientes de cumprirem suas obrigações conosco; e
- outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior que afetem o Brasil.

A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças nas políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores no futuro pode contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e em títulos de emissores brasileiros, que por sua vez pode ter um efeito relevante adverso sobre nós e, conseqüentemente, sobre o preço de mercado de nossos títulos.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

A extensa regulamentação dos negócios:

A Companhia está sujeita à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos a liquidação ou intervenção em base consolidada. Atuamos em setores de serviços financeiros diversos, setor que é altamente regulamentado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela ANBIMA. Além das exigências mencionadas anteriormente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a regulamentação expedida por autoridades governamentais. As exigências impostas pelos reguladores se destinam, precipuamente, a assegurar a integridade dos mercados financeiros e de capitais e proteger os clientes e terceiros. A extensa regulamentação do setor de serviços financeiros é justificada pela importância das atividades exercidas pelas instituições que atuam nesse nicho mercadológico. O alto grau lesivo dos impactos das atividades exercidas por essas instituições é um fator determinante das ações normativas

4.1 Descrição dos fatores de risco

dos reguladores. Como consequência dessa extensa regulamentação, há a crescente necessidade de observância de diversas regras, o que pode acarretar, (i) a limitação das atividades das referidas controladas da Companhia, inclusive por meio de exigências de capital mínimo, proteção de clientes e condução de mercado, (ii) o aumento dos custos a serem despendidos pela referidas controladas da Companhia para o cumprimento das exigências regulatórias, conforme aplicáveis, (iii) a dificuldade de distinção comercial com relação ao concorrentes da Companhia e suas controladas, na medida em que os reguladores e autorreguladores controlam rigorosamente as atividades das empresas de serviços financeiros.

A Companhia não tem controle algum sobre tal arcabouço normativo, que governa todos os aspectos das operações de suas controladas acima mencionadas, conforme aplicável, inclusive regulamentos que impõem: (i) requisitos de capital mínimo; (ii) procedimentos internos para avaliação da adequação de capital; (iii) requisitos de depósito e/ou reservas compulsórias; (iv) requisitos de investimentos em ativos de renda fixa; (v) limites de empréstimo e outras restrições de crédito, inclusive alocações compulsórias; (vi) limites e outras restrições em notas de prestação de serviços ou outros temas; (vii) requisitos quanto à lavagem de dinheiro, manutenção de registros e questões éticas; (viii) limites das taxas de juros cobradas por instituições financeiras ou do período para capitalização de juros; (ix) requisitos contábeis e estatísticos; (x) requisitos e restrições para determinadas transações; (xi) limites de exposição ao risco; (xii) controles de preço e de salário; (xiii) política e regulamentação fiscal; (xiv) outros requisitos ou limitações impostas, incluindo medidas prudenciais preventivas. Todos os fatores indicados acima, se verificados, podem impactar os resultados operacionais e financeiro da Companhia e suas controladas.

Alterações nos regimes tributários e fiscais:

As reformas fiscais podem afetar adversamente as nossas operações e conseqüentemente a lucratividade.

O governo brasileiro altera regularmente a legislação e as normas fiscais, incluindo a criação de novos tributos, que podem ser temporários, a mudança nas alíquotas, as suas bases de cálculo ou a forma como eles são calculados, inclusive com relação às alíquotas aplicáveis unicamente ao setor bancário.

Atualmente, o Congresso brasileiro vem discutindo uma ampla reforma tributária, embora não seja possível prever quando essa reforma será aprovada. Caso adotada, uma reforma tributária dessa natureza poderá afetar nossos negócios ao aumentar nossos custos, limitar a nossa lucratividade ou através de outros impactos.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Estamos sujeitos à legislação de defesa da concorrência no Brasil e em outros países onde operamos ou iremos possivelmente operar.

A Lei nº 12.529/11, ou lei antitruste brasileira, estabelece que as operações que resultem em concentração econômica devem ser submetidas à aprovação prévia do CADE, o órgão brasileiro que regula a defesa da concorrência no país, desde que atendidos alguns critérios específicos. A consumação de uma operação antes da aprovação pelo CADE sujeita as

4.1 Descrição dos fatores de risco

partes a multas que vão de R\$ 60.000 a R\$ 60 milhões, à declaração de nulidade do respectivo acordo, bem como à possível instauração de processos administrativos contra as partes envolvidas.

Regulamentações do Banco Central requerem que as instituições financeiras submetam certas operações que podem resultar em concentração entre duas ou mais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central à aprovação prévia da área de defesa da concorrência do Banco Central.

Conforme descrito no item 2.4. b), em 02 de outubro de 2023, foi realizada a abertura da REAG Investment Management LLC, empresa controlada pela REAG Overseas Ltda. (controlada direta da Companhia), que possui 80% de participação do capital social, estamos sujeitos à legislação de defesa da concorrência nos países onde operamos, como as legislações de defesa da concorrência nos EUA (Lei Sherman e Lei Clayton). Como resultado, não podemos garantir que as regulamentações de defesa da concorrência no Brasil e de outros países, no que for aplicável a nós, não afetarão de maneira adversa os nossos negócios e os resultados das nossas operações no futuro.

Nosso Código de Ética e Conduta que tem por objetivo estabelecer os mais elevados padrões éticos de conduta que deverão ser seguidos por todos os sócios, administradores e colaboradores está disponível em nossa página na rede mundial de computadores.

j. questões sociais

Risco social

Podemos enfrentar perdas financeiras e danos à nossa reputação associada a riscos sociais.

Estamos sujeitos a riscos sociais, que podem potencialmente afetar nossas operações, nossas atividades de negócios e a receita de nossos clientes, especialmente no caso de incidentes sociais graves e/ou penalidades ou sanções regulatórias, como riscos reputacionais, principalmente aqueles relacionados com direitos humanos. Ainda, consideramos que a maneira com que nossos clientes e fornecedores realizam suas atividades pode resultar em conflito com nossos princípios e valores, que fazem parte da nossa lista de exclusão, ou seja, (i) escravidão moderna; (ii) trabalho infantil em desacordo com a legislação local; e (iii) prostituição forçada e exploração sexual, incluindo prostituição infantil.

Além disso, podemos não apenas estar expostos a custos de conformidade mais altos em decorrência de novas iniciativas regulatórias relacionadas com questões ESG, mas também nos deparar com limitações à nossa capacidade de buscar determinadas oportunidades de negócio.

A Resolução CMN nº.4.557/2017 e nº.4.943/2021 estabelece requisitos que devem ser incorporados nos aspectos sociais de escopo de uma estrutura de gerenciamento integrado de riscos. Consequentemente, devemos identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos sociais que representem potenciais perdas. O Banco Central do Brasil é responsável por supervisionar a implementação dessa regulamentação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

k. questões ambientais

Risco socioambiental:

Podemos enfrentar perdas financeiras e danos à nossa reputação associada a riscos socioambientais.

Os fatores socioambientais são considerados um dos tópicos mais relevantes para os nossos negócios, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos, do ponto de vista da organização e de seus principais stakeholders. Além disso, também entendemos o risco socioambiental como a possibilidade de perdas em função da exposição a eventos socioambientais decorrentes do desempenho de nossas atividades.

A Resolução CMN nº.4.327/2014 estabelece requisitos que devem ser observados para estabelecer e implementar políticas de responsabilidade socioambiental aplicáveis a instituições financeiras. Dessa forma, devemos avaliar os riscos socioambientais e os dados de perdas financeiras associadas a danos socioambientais. O Banco Central é responsável por supervisionar a implementação dessa regulamentação.

As questões socioambientais podem afetar nossas atividades diárias e a receita de nossos clientes, dando margem à inadimplência, especialmente no caso de incidentes socioambientais graves, incluindo o risco climático, uma vez que as mudanças climáticas também apresentam riscos relevantes para o sistema financeiro como um todo.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas:

Os negócios da Companhia e de suas controladas poderão ter sua rentabilidade afetada pelas mudanças climáticas, considerando os seus impactos nas operações da Companhia e suas controladas. Considerando que a Companhia e as controladas têm ou podem vir a ter clientes que atuem no setor primário, suas carteiras de crédito rural sofrem influência significativa do clima. A possibilidade de quebra da safra decorrente de eventos climáticos implica em elevação do risco para a Companhia e suas controladas, não somente da carteira de crédito rural, mas afetando também os demais setores nas regiões cujo PIB tem forte participação do setor primário. Clientes relacionados ao setor de energia também poderão ser impactados pelo risco decorrente de mudanças climáticas, o que também pode afetar adversamente os negócios da Companhia e de suas controladas.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Insuficiência de cobertura de seguros para perdas substanciais

A Companhia não pode garantir que as coberturas de apólices estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às suas atividades. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como guerras, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. A Companhia e suas controladas poderão ser obrigadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de inadimplemento de suas obrigações, que não se encontram cobertas por suas apólices de seguro.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1 – Risco do emissor

2 – Risco da influência do governo brasileiro sobre a economia brasileira

3 – Risco de regulamentação dos setores em que o emissor atue

4 – Risco alterações nas condições macroeconômicas e geopolíticas

5 – Risco de taxa de juros ou alterações na legislação tributária

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimentos que possuem em sua carteira ativos indexados ao CDI que minimiza riscos de oscilação nos preços e impacto na cota do fundo.

b) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros. A Companhia preparou uma sensibilidade para demonstrar o impacto das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

A Administração efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses. Foram considerados acréscimos e decréscimos de 25% e 50%. A análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

		Saldo líquido em 31/12/2023	13,04% Cenário provável	9,78% Redução de índice em 25%	6,52% Redução de índice em 50%	16,30% Elevação de índice em 25%	19,56% Elevação de índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	3.678	480	360	240	600	719
Títulos e valores mobiliários	CDI	112.984	14.733	11.050	7.367	18.416	22.100
Contas a receber	CDI	599.591	78.187	58.640	39.093	97.733	117.280
Outros créditos	CDI	420.759	54.867	41.150	27.433	68.584	82.300
FIDC	CDI	180.622	23.553	17.665	11.777	29.441	35.330
Empréstimos e financiamentos	CDI	436.310	56.895	42.671	28.447	71.119	85.342

		Saldo líquido em 31/12/2022	11,74% Cenário provável	8,80% Redução de índice em 25%	5,87% Redução de índice em 50%	14,67% Elevação de índice em 25%	17,61% Elevação de índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	3.195	375	281	188	469	563
Títulos e valores mobiliários	CDI	35.245	4.138	3.103	2.069	5.172	6.206
Contas a receber	CDI	157.439	18.483	13.862	9.241	23.103	27.724
Outros créditos	CDI	11.251	1.321	991	660	1.651	1.981
FIDC	CDI	38.178	3.308	2.481	1.654	4.135	4.962

c) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

honrar os compromissos assumidos com a Companhia e suas controladas. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Consolidado					
	2023	2022				
Caixa e equivalentes de caixa	22.072	7.160				
Títulos e valores mobiliários	112.984	35.245				
Contas a receber de clientes	599.591	157.439				
Partes relacionadas	8.209	1.136				
Outras contas a receber	420.759	11.251				
	1.163.615	212.231				

	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 360 dias	Vencido acima de 361 dias	Total
Em 31 de dezembro 2023						
Caixa e equivalentes de caixa	22.072	-	-	-	-	22.072
Títulos e valores mobiliários	112.984	-	-	-	-	112.984
Contas a receber de clientes (*)	627.272	8.925	-	16.791	8.658	661.646
Partes relacionadas	8.209	-	-	-	-	8.209
Outras contas a receber (*)	414.385	584	-	5.488	3.541	423.998
	1.184.922	9.509	-	22.279	12.199	1.228.909
Em 31 de dezembro de 2022						
Caixa e equivalentes de caixa	7.160	-	-	-	-	7.160
Títulos e valores mobiliários	35.245	-	-	-	-	35.245
Contas a Receber de Clientes (*)	158.844	1.505	-	920	717	161.986
Partes relacionadas	1.136	-	-	-	-	1.136
Outras contas a receber (*)	9.460	193	5.488	1.994	1.129	18.264
	211.845	1.698	5.488	2.914	1.846	223.791

(*) Os saldos apresentados nas referidas rubricas não estão apresentados com a provisão de perdas esperadas de crédito para fins demonstrativos desta nota explicativa apenas, destacando que a perdas estão totalmente provisionadas para perdas esperadas.

d) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade de a Companhia e suas controladas gerenciarem os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Empréstimos e financiamentos	41.902	-	394.408	436.310
Fornecedores	5.106	-	-	5.106
Obrigações tributárias	5.644	512	-	6.156
Obrigações trabalhistas	5.340	-	-	5.340
Partes relacionadas - passivo	4.461	-	-	4.461
Outras obrigações	72.247	-	-	72.247
Cotas FIDC	-	-	180.622	180.622
Passivo de arrendamento	3.091	4.193	-	7.285
	137.791	4.705	575.030	717.526
Total de ativos líquidos	1.171.998	-	96.700	1.268.698
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	5.309	-	-	5.309
Obrigações tributárias	4.818	799	-	5.617
Obrigações trabalhistas	170	-	-	170
Partes relacionadas - passivo	3	-	-	3
Outras obrigações	4.585	-	-	4.585
Cotas FIDC	9.577	102	18.499	28.178
Passivo de arrendamento	1.824	3.898	-	5.722
	26.286	4.799	18.499	49.584
Total de ativos líquidos	185.549	-	25.546	211.095

e) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia e suas controladas estabeleceram rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do processo: 5018860-85.2021.4.03.6182

Juízo	9ª. Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
Instância	Executado
Data de instauração	28/07/2021
Partes no processo	Comissão de valores Mobiliários
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R\$ 24.969,74 Valor efetivo da ação R\$ 31.741,53
Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela Comissão de Valores Mobiliários em face da Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Reag Administradora de Recursos Ltda. e Spike Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, afim de que as Executadas procedam o pagamento do débito exequendo, decorrente do inadimplemento da Taxa de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários pela Spike Fundo. Cumpre ressaltar, que houve a liquidação do fundo sem o pagamento das taxas, de modo que a Reag Distribuidora e a Reag Administradora foram incluídas no polo passiva da ação.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferido despacho nos autos determinado o rastreamento e bloqueio de valores das Rés, por meio do sistema Sisbajud.
Estágio do processo	Executória
Probabilidade de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Probabilidade de perda
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor, devidamente atualizado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº do processo: 5022259-25.2021.4.03.6182

Juízo	10º. Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
Instância	Executado
Data de instauração	22/09/2021
Partes no processo	Comissão de valores Mobiliários
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R\$ 12.120,62 Valor efetivo da ação R\$ 15.364,10
Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela Comissão de Valores Mobiliários em face da Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Omaha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, a fim de que as Executadas procedam o pagamento do débito exequendo, decorrente do inadimplemento da Taxa de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários pela Omaha Fundo. Cumpre ressaltar, que houve a liquidação do fundo sem o pagamento das taxas, de modo que a execução fora direcionada ao último sócio administrador, sendo a Reag.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferido despacho nos autos determinado o rastreamento e bloqueio de valores da Reag, por meio do sistema Sisbajud.
Estágio do processo	Executória
Probabilidade de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Probabilidade de perda
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor, devidamente atualizado.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Ações cíveis provisionadas com probabilidade de perda provável: correspondem a R\$ 47 em 31 de dezembro de 2023 e consistem em execução fiscal ajuizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes a serem mencionadas no referido Formulário de Referência.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em outras relevantes a serem mencionadas no referido Formulário de Referência.



5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
 - i. os riscos para os quais se busca proteção
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências significativas de controles internos relacionadas às demonstrações financeiras.

No entanto, cabe destacar que os planos de ação para as demais deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente são monitorados e reportados à alta administração por meio de comitês para que possam ser analisados.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No relatório do auditor independente não foram observadas deficiências significativas de controles internos.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia conta com as seguintes políticas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- Código de ética e conduta
- Política do Canal de denúncias
- Manual de compliance
- Política de Remuneração de Administradores
- Política de gestão integrada de riscos
- Manual de precificação de ativos
- Política de gestão de risco de terceiros
- Política de voto
- Política de Conformidade
- Política de privacidade e cookies
- Política de negociação de valores mobiliários
- Política PLDFT
- Critérios de classificação de riscos
- Política para publicação de instrumentos normativos
- Política de certificação continuada
- Política de responsabilidade socioambiental

5.3 Programa de integridade

- Política de controles internos
- Política de segurança da informação
- Política de Suitability

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Diretoria: apoia e estabelece, em conjunto com o Departamento de Compliance, as iniciativas de Compliance a serem adotadas em todos os níveis de atividades de negócios da Companhia; revisa e aprova as políticas e normas relacionadas à área de Compliance;

Departamento de Compliance: desenvolve, implementa e administra o programa de Compliance adaptado aos riscos da Companhia, acompanha os procedimentos internos e mecanismos de controle de integridade adotados periodicamente, conduz testes de efetividade, atesta se os controles vigentes são adequados e suficientes aos riscos a que a Companhia está sujeita e propõe plano de ação a fragilidades ou sugestões de melhoria cabíveis.

O Departamento de Compliance tem reporte à administração da Companhia.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
 - as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

5.3 Programa de integridade

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia faz parte de um grupo societário, e está sujeita ao Código de Ética e Conduta (“Código”) corporativo do referido grupo, e está em constante revisão/atualização. Todos os sócios, administradores e funcionários (em conjunto os “Colaboradores” e individualmente o “Colaborador”) da Companhia estão sujeitos indistintamente às normas previstas no Código.

Aos Colaboradores é realizado treinamento, em questões relacionadas ao Código, na data de início das atividades de cada Colaborador e, quando ocorrem alterações de conteúdo. Adicionalmente, ao longo de cada ano, a área de Compliance realiza campanhas internas para que todos os Colaboradores revisem o conteúdo do Código.

Na ocasião do ingresso de novo Colaborador, este recebe uma cópia do Código, é realizada uma integração com a equipe de Compliance para sanar eventuais dúvidas e reforçar o conteúdo e o Colaborador realiza um treinamento online por uma plataforma e-learning do Grupo.

Um Termo de Adesão e Compromisso é assinado por todos os Colaboradores quando de seu ingresso na Companhia, o qual contém declarações no sentido de que o Colaborador compreendeu integralmente seu conteúdo, está comprometido com o cumprimento das regras de trabalho e políticas adotadas internamente e concorda com os princípios estipulados. Ademais, novos Termos de Adesão e Compromisso deverão ser assinados pelos Colaboradores caso seja aprovada qualquer alteração ao Código.

O Código prevê, ainda, que na hipótese de seu descumprimento, a diretoria responsável poderá aplicar penalidades, que podem variar entre advertência, perda direta de benefícios ou de pontos de avaliação para fins de remuneração variável, suspensão, destituição, exclusão dos quadros sociais ou demissão por justa causa do Colaborador infrator sem prejuízo das demais consequências legais.

Por fim, cumpre esclarecer que o Código não se aplica a terceiros não integrantes no quadro de Colaboradores da Companhia.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

5.3 Programa de integridade

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia dispõe de um canal de denúncia específico. O seu acesso é realizado pelo website do grupo, sendo o seu gerenciamento internalizado.

O canal de denúncias é disponível tanto para os Colaboradores como para terceiros. Em conformidade com a Política de Privacidade do grupo, o canal de denúncia assegura ao denunciante o sigilo e proteção de seus dados, sendo, ainda, facultativa a identificação ou não do denunciante.

Todas as denúncias e assuntos recebidos por meio do Canal de Denúncia são analisadas e tratadas sob o mais absoluto sigilo e com total imparcialidade.

As denúncias são endereçadas ao Departamento de Compliance, aos cuidados do(a) seu(ua) diretor(a).

- C. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não obteve nenhum caso confirmado nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública conforme mencionado nos itens anteriores.



5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve outras informações que a Companhia julgue relevantes.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fabiana Franco					
146.628.238-03	Brasil	Sim	Não	05/11/2021	
Não					
1.599.050	0,217	0	0,000	1.599.050	0,217
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GOLEM FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA,					
50.567.589/0001-82	Brasil	Sim	Não	30/11/2023	
Não	Reag Administradora de Recursos Ltda		Juridica	23.863.529/0001-34	
36.105.263	4,900	0	0,000	36.105.263	4,900
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GRAFENE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA					
50.567.803/0001-09	Brasil	Sim	Não	30/11/2023	
Não	Reag Administradora de Recursos Ltda		Juridica	23.863.529/0001-34	
736.842	0,100	0	0,000	736.842	0,100
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LURIX CAPITAL S/A						
51.981.070/0001-09	Brasil	Sim	Sim	30/11/2023		
Não	João Carlos Falbo Mansur		Física		116.687.758-24	
696.801.900	94,566	0	0,000	696.801.900	94,566	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	696,801,900	100.000	94.566	94.566		
Silvano Gersztel						
265.298.468-32	Brasil	Sim	Não	05/11/2021		
Não						
1.599.050	0,217	0	0,000	1.599.050	0,217	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
736.842.105	100,000	0	0,000	736.842.105	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LURIX CAPITAL S/A				51.981.070/0001-09		
João Carlos Falbo Mansur						
116.687.758-24	Brasil	Sim	Sim	30/11/2023		
Não						
696.802.900	100,000	0	0,000	696.802.900	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
696.802.900	100,000	0	0,000	696.802.900	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/11/2023
Quantidade acionistas pessoa física	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	696.801.900	94,566%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	696.801.900	94,566%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ANJOODA HOLDING LTDA	38.028.711/0001-47	100
PP PROMOTORA DE VENDAS S.A.	18.249.116/0001-24	100
RAM CAPITAL PARTNERS S.A	35.064.358/0001-62	100
RCC CAPITAL PARTNERS	42.264.641/0001-01	90
REAG ASSET CAPITAL PARTNERS	46.300.563/0001-04	100
REAG ASSET MANAGEMENT LTDA	18.606.232/0001-53	100
REAG OVERSEAS LTDA	51.976.313/0001-10	100
REAG SEG PARTICIPACOES S.A.	48.719.718/0001-69	100
RFE CAPITAL PARTNERS S.A	42.264.680/0001-09	100
RSF CAPITAL PARTNERS S.A.	22.803.734/0001-41	86

 **6.6 Outras informações relevantes**

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia geral e administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero
- ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	1	1	N/A
Controladas do emissor	N/A	2	N/A
Sociedades sob controle comum	1	-	N/A

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável, a Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Todos os órgãos de administração da Companhia realizam de forma constante e próximos a seus colaboradores avaliações, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 6	0	0	0	0	6

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 6	0	0	0	0	0	0	6



7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome João Carlos Falbo Mansur **CPF:** 116.687.758-24 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 09/05/1970

Experiência Profissional: Conselheiro de Administração Independente Certificado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo - FACESP – São Paulo/SP - com CRC válido (1SP 223073/O-7) Administrador de Carteira de Valores Mobiliários autorizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários Com mais de 35 anos de experiência em Auditoria, Controladoria, Gestão Financeira, Planejamento Estratégico e Operacional, Desenvolvimento de Negócios e Produtos, Estruturações Financeiras e Comerciais, Análise de Investimentos e Gestão Empresarial, sempre atuando com foco em resultados. Efetuou a estruturação de mais de uma centena de fundos de investimento imobiliário (FII), fundos de investimento em participações (FIP) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), visando planejamento familiar e sucessório, além de operações estruturadas voltadas ao Private Equity, desenvolvimento imobiliário e captação de recursos através da emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), do Agronegócio (CRA), Debentures, CCI's, CCB's e outros veículos do mercado de capitais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	05/11/2021	3 anos	Presidente do C.A. e Diretor Presidente		05/11/2021	Sim	05/11/2021

Nome Katia Aparecida Rocha Moroni **CPF:** 049.415.308-37 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Comerciária **Data de Nascimento:** 11/12/1964

Experiência Profissional: Possui 40 anos de experiência no mercado financeiro em bancos de grande e médio porte. Exerceu cargos na Diretoria Executiva Estatutária e na Vice-Presidência Executiva de diversos bancos, sendo responsável por áreas de Captação de Recursos no mercado local e internacional, Mesa de Sales e Relação com Investidores.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/11/2021	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		05/11/2021	Sim	05/11/2021

Nome Leonardo de Souza Carvalho **CPF:** 267.981.728-14 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 07/02/1976

Experiência Profissional: Executivo sênior da área Financeira com dezenove anos de experiência em Finanças incluindo Controladoria, Compliance, Auditoria Interna, Planejamento Financeiro, Tesouraria, Faturamento, Contabilidade e Planejamento Tributário, atuando em empresas nacionais, internacionais e familiares, nos segmentos de varejo, mercado financeiro e imobiliário. Formado em Administração de empresas pela FGV-EAESP e com MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria pela FGV-EESP, além de outras Certificações.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/03/2023	04/11/2024	Outros Diretores	Diretor Administrativo Financeiro	01/03/2023	Sim	01/03/2023

Nome Silvano Gersztel **CPF:** 265.298.468-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 07/02/1976

Experiência Profissional: Economista pela Faculdade de Economia e Administração (FEA), da Universidade de São Paulo (USP), e gestor autorizado pela CVM desde 2008, possui 26 anos de experiência. Atua com análise e gestão de carteiras de recebíveis com estruturação de dívidas e FIDCs. Sua carreira foi desenvolvida em bancos de investimento: controle de risco, análise de crédito corporativo e finanças estruturadas. Tem experiência na gestão de projetos, tais como obrigações de dívida estruturadas, fundo estruturados e foco de avaliação patrimonial de empresas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	05/11/2021	3 anos	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor de Serviços Fiduciários	05/11/2021	Sim	05/11/2021

7.4 Composição dos comitês

Nome: João Carlos Falbo Mansur **CPF:** 116.687.758-24 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 09/05/1970

Experiência Profissional:

Conselheiro de Administração Independente Certificado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo - FACESP – São Paulo/SP - com CRC válido (1SP 223073/O-7) Administrador de Carteira de Valores Mobiliários autorizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários Com mais de 35 anos de experiência em Auditoria, Controladoria, Gestão Financeira, Planejamento Estratégico e Operacional, Desenvolvimento de Negócios e Produtos, Estruturações Financeiras e Comerciais, Análise de Investimentos e Gestão Empresarial, sempre atuando com foco em resultados. Efetuou a estruturação de mais de uma centena de fundos de investimento imobiliário (FII), fundos de investimento em participações (FIP) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), visando planejamento familiar e sucessório, além de operações estruturadas voltadas ao Private Equity, desenvolvimento imobiliário e captação de recursos através da emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), do Agronegócio (CRA), Debentures, CCI's, CCB's e outros veículos do mercado de capitais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/2021	3 anos	N/A		05/11/2021	Sim	05/11/2021



7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

 **7.8 Outras informações relevantes**

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:



8.1 Política ou prática de remuneração

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
- sua metodologia de cálculo e de reajuste
- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- ii. razões que justificam a composição da remuneração

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.438.367,25	3.438.367,25		6.876.734,50
Benefícios direto e indireto	970.172,02	970.172,02		1.940.344,04
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	4.310.946,53	4.310.946,53		8.621.893,06
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	8.719.485,80	8.719.485,80		17.438.971,60

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.119.143,93	5.119.143,93		10.238.287,86
Benefícios direto e indireto	270.297,85	270.297,85		540.595,70
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração Fixa			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	29.020,75	29.020,75		58.041,50
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	91.850,00	91.850,00		183.700,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Remuneração Variavel	0		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A			
Total da remuneração	5.510.312,53	5.510.312,53		11.020.625,06

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.618.262,23	1.618.262,23		3.236.524,46
Benefícios direto e indireto	165.584,38	165.584,38		331.168,76
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.783.846,61	1.783.846,61		3.567.693,22

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00			5,00
N° de membros remunerados	5,00			5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00			0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4310946,53			4.310.946,53
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4310946,53			4.310.946,53
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	4310946,53			4.310.946,53

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	3,00			3,00
N° de membros remunerados	3,00			3,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00			0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	91850,00			91.850,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	91850,00			91.850,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	91850,00			91.850,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	3,00			3,00
N° de membros remunerados	3,00			3,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00			0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00			0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00



8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. data de aprovação e órgão responsável
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número máximo de ações abrangidas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. número máximo de opções a serem outorgadas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. condições de aquisição de ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. forma de liquidação
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. restrições à transferência das ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações



8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	3,00			3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000			0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00			0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00			0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00			0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Órgão

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

b. número total de membros

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

c. número de membros remunerados

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

d. data de outorga

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

e. quantidade de opções outorgadas

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

f. prazo para que as opções se tornem exercíveis

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

g. prazo máximo para exercício das opções

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

i. valor justo das opções na data da outorga

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social



Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. número de ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. preço médio ponderado de exercício
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. data de outorga
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. quantidade de ações outorgadas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. prazo máximo para entrega das ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. prazo de restrição à transferência das ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. valor justo das ações na data da outorga
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
N° de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Esclarecimento			



8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. forma de determinação da volatilidade esperada

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. nome do plano
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. condições para se aposentar antecipadamente
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	2,00	3,00	3,00	5,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	3,00	5,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	8.719.485,80	5.510.312,53	1.783.846,61	8.719.485,80	5.510.312,53	1.783.846,61
Valor da menor remuneraçãoReal	8.719.485,80	5.510.312,53	1.783.846,61	8.719.485,80	5.510.312,53	1.783.846,61
Valor médio da remuneraçãoReal	4.359.742,90	1.836.770,84	594.615,54	1.743.897,16	1.836.770,84	594.615,54

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento



8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de administração	20%
Diretoria estatutária	100%
Conselho fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de administração	20%
Diretoria estatutária	100%
Conselho fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de administração	20%
Diretoria estatutária	100%
Conselho fiscal	0%



8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	1	-	-
Controladas do emissor	-	2	-
Sociedades sob controle comum	1	1%	-

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	1	-	-
Controladas do emissor	-	2%	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	1	-	-
Controladas do emissor	-	2	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-



8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
20/08/2021	20/08/2021		
Descrição dos serviços prestados			
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (Atual denominação de PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes) foi contratada para realizar auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Os honorários referentes ao serviço de auditoria estipulados em contrato foram de R\$ 357.000 sendo que nenhum serviço que não seja de auditoria externa foi prestado pelos auditores independentes. Outros serviços: R\$ N/A			
Justificativa da substituição			
Nos últimos três exercícios sociais, houve substituição de auditor, devido a estratégia da Companhia.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não Aplicável			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram identificados a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



10.1 Descrição dos recursos humanos

10. Recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

- a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:
 - i. identidade autodeclarada de gênero
 - ii. identidade autodeclarada de cor ou raça
 - iii. faixa etária
 - iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantesItem facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. índice de rotatividade
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

- a. política de salários e remuneração variável
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. política de benefícios
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
 - i. grupos de beneficiários
 - ii. condições para exercício
 - iii. preços de exercício
 - iv. prazos de exercício
 - v. quantidade de ações comprometidas pelo plano
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com partes relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Não se aplica	31/12/2022	0,00	0	0	N/A	
Relação com o emissor	N/A					
Objeto contrato	N/					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- a. nome das partes relacionadas
- b. relação das partes com o emissor
- c. data da transação
- d. objeto do contrato
- e. se o emissor é credor ou devedor
- f. montante envolvido no negócio
- g. saldo existente
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir
- i. garantias e seguros relacionados
- j. duração
- k. condições de rescisão ou extinção
- l. natureza e razões para a operação
- m. taxa de juros cobrada, se aplicável
- n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses
- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Divulgamos nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 as transações com partes relacionadas conforme demonstrado abaixo:

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mútuos com partes relacionadas (a)	29.709	2.656	8.209	1.136
Adiantamentos de dividendos (b)	-	-	30.762	2.518
AFAC (c)	9.286	-	3.113	-
Outros créditos (d)	246.802	3.793	373.259	-
	285.797	6.449	415.343	3.654

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mútuos com partes relacionadas (a)	954	9	4.461	3
	954	9	4.461	3

(a) Os saldos com partes relacionadas se referem a contrato de conta corrente entre empresas do mesmo conglomerado, com formalização de contratos e juros remuneratórios, com base na SELIC do período. Os juros são contabilizados pelo regime de competência, classificados na rubrica de receitas financeiras, quando conta corrente ativo, e despesas financeiras quando corrente passivo.

(b) Os saldos referem-se adiantamento de dividendos nos valores de R\$ 13.723 da RGR Partners, R\$ 2.279 da RCC Capital Partners, R\$ 2.145 da REAG Asset Management, R\$ 709 da RWM Partners, R\$ 99 da REAG Gestão de Fundos Estruturados, R\$ 327 da RSF Capital Partners, R\$ 8.940 da REAG Bank, R\$ 5 da REAG Seg Holding de Seguros, e R\$ 1.903 Blum SEC e estão apresentados em outros créditos conforme nota explicativa 9.

(c) Os valores apresentados na controladora se referem a adiantamentos para futuro aumento de capital nos valores de R\$ 5.200 da REAG Asset Management, R\$ 750 da REAG Overseas, e R\$ 3.336 na REAG Seg Holding de Seguros e estão apresentados em outros créditos conforme nota explicativa 9.

(d) Demonstramos abaixo as informações apresentadas em outros créditos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
HANS (i)	246.511	-	296.511	-
SteelCorp (ii)	-	-	75.000	-
Outras contas a receber	291	291	1.748	2.193
	246.802	291	373.259	2.193

(i) O valor de R\$ 246 milhões apresentado na controlada se refere a vendas de cotas de fundos realizados com partes relacionadas, com o preço das cotas do dia da operação e nos mesmos termos e condições observáveis caso disponíveis para terceiros, sendo demonstrado da seguinte forma:

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Cotista: REAG Investimentos S.A.
Fundo: REAG Multi Estratégia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado
Data da operação: 26/12/2023
Amortização do principal: R\$ 265.735
Cotas entregues na data da operação: 1.365,448439
Remuneração: sem remuneração atrelada
Fundo amortizado: HANS II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Contraparte: HANS 95 Fundo de Investimento Multimercado e Investimento no Exterior - Crédito Privado
Prazo de vencimento: em até 24 meses
Total dos valores recebidos em 2023: R\$ 19.224
Total em aberto na data base de 31/12/2023: R\$ 246.511
Total dos valores recebidos em período subsequente a 31/12/2023: R\$ 87.571

Já no consolidado além do valor de R\$ 246 milhões da controladora, temos o valor de R\$ 50 milhões que também se refere a vendas de cotas de fundos realizados com partes relacionadas, com o preço das cotas do dia da operação e nos mesmos termos e condições observáveis caso disponíveis para terceiros, sendo demonstrado da seguinte forma:

Cotista: REAG Holding de Seguros S.A.
Data da operação: 30/05/2023
Amortização do principal: R\$ 50.000
Cotas entregues na data da operação: 204,92657087
Remuneração: sem remuneração atrelada
Fundo amortizado: HANS II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Contraparte: HANS 95 Fundo de Investimento Multimercado e Investimento no Exterior - Crédito Privado
Prazo de vencimento: em até 360 dias
Total em aberto na data base de 31/12/2023: R\$ 50.000
Total dos valores recebidos em período subsequente a 31/12/2023: R\$ 6.250

(ii) O valor de R\$ 75 milhões refere-se ao instrumento particular de acordo de investimento e outras avenças celebrado em 05 de outubro de 2023, entre SH FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo objeto de investimento da Companhia, e DRY SERVICE CONSTRUCTION S.A. E DRY SERVICE LTDA., empresas do ramo de construção civil com a denominação de SteelCorp. O acordo de investimento celebrado entre as partes tem por objeto regravar os termos e condições do investimento a ser realizado pelo investidor no capital social da SteelCorp, por meio da subscrição e integralização, por parte do investidor, de novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, equivalentes a 30% (trinta por cento) da totalidade de ações de emissão da SteelCorp à época da

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

subscrição, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, a serem subscritas e integralizadas pelo investidor, o qual dará direito ao investidor de exercer o bônus de subscrição e subscrever as ações subscritas, nos termos do bônus de subscrição.

As transações com partes relacionadas foram submetidas ao Comitê Executivo da REAG, nos termos de Ética da REAG, disponível em sua página na rede mundial de computadores, que apreciou os termos das operações aqui citadas.

(e) Conforme mencionado nas notas explicativas 1 de contexto operacional e 11 de investimentos, ao longo do exercício de 31 de dezembro de 2022, houve transações relacionadas a compra e venda de empresas dentro do mesmo grupo econômico sem auferir ganho e/ou perda e efeitos fiscais na aquisição e baixas destas empresas. Tais transações foram realizadas com base na aplicação do princípio Arm's Length, o qual foi aplicado o método do preço independente comparável, ou seja, comparando o valor da contraprestação da transação realizada com partes não relacionadas e concluindo que não foi necessário auferir ganho e/ou perda e efeitos fiscais na aquisição e baixas destas transações.

Demonstramos abaixo as principais transações realizadas ao longo do período do exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(i) REAG PAR LTDA.

Em 30 de outubro de 2022, foi celebrado através da 1ª alteração do contrato social da REAG 28 Participações Ltda. a transferência das cotas que correspondem a 1.000 (mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia como única sócia. E neste mesmo ato societário, a sócia ingressante aumentou o capital social da entidade de R\$ 1.000 (mil reais) para R\$ 103.001.000 (cento e três milhões e mil reais). Em 29 de dezembro de 2022 foi celebrado através da 2ª alteração do contrato social da REAG 28 Participações Ltda. o aumento do capital social de R\$ 103.001.000 (cento e três milhões e mil reais) para R\$ 123.096.000 (cento e vinte e três milhões e noventa e seis mil reais). Em 15 de maio de 2023 foi celebrado através da 3ª alteração do contrato social da REAG 28 Participações Ltda. a alteração da denominação social para REAG PAR Ltda. Em 31 de dezembro de 2022 a REAG Investimentos S.A. possui 100% do capital social da Companhia.

A REAG PAR Ltda. possuía 99,40% em aplicações em cotas de fundo de investimento multimercado até 30 de setembro de 2023, e durante o terceiro trimestre de 2023 a participação passou a ser de 35,46% devido a transferência de cotas diretamente para a Companhia que passou a ter 63,95%, totalizando no Grupo o percentual de 99,40%.

Em 21 de dezembro de 2023 foi celebrado o instrumento particular de distrato da sociedade, o qual neste ato foi distratada e extinguida a REAG Par Ltda, e após procedida a liquidação da REAG PAR as quotas sociais de emissão do REAG MULTISTRATÉGIA FUNDO

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO foram desincorporadas do patrimônio da REAG PAR em decorrência da presente dissolução e conferidas à única sócia (REAG Investimentos S.A.).

Destacamos em 31 de dezembro de 2023 o Grupo possui aplicações em cotas de fundo de investimento multimercado conforme abertura abaixo e informações consolidadas nestas demonstrações financeiras:

Ativo	Posição Final em 2023			
	Quant.	Valor un.	Valor total	% Patr. Líq.
Cotas de Fundos				
REAG Multi Estratégia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	786.342	0,68	533.691	100%

Ativo	Posição Final em 2022			
	Quant.	Valor un.	Valor total	% Patr. Líq.
Cotas de Fundos				
REAG Multi Estratégia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	120.391	1,05	126.736	100%

O REAG Multi Estratégia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - O fundo se classifica como um fundo Multimercado, estando sujeito a vários fatores de risco sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial. A alocação do FUNDO deverá obedecer às limitações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no §5º do artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14. A aplicação é utilizada para capital de giro e possui resgate em D+1.

O fundo destacado acima possui aplicações em cotas de outros fundos multimercado conforme abertura abaixo:

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Ativo	Posição Final em 2023			
	Quant.	Valor un.	Valor total	% Patr. Líq.
Cotas de Fundos	47.616	1,11	52.886	99,86%
MASBAHA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS				
Cotas de Fundos	79.849	1,35	95.720	98,41%
YELENA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS				
Cotas de Fundos	127.056	1,13	143.756	100,00%
ANCARA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS				
Cotas de Fundos	164.543	1,47	241.278	100,00%
MCASH FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS				
Cotas de Fundos	1	1.364,67	1.138	100,00%
BFF FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO				
Cotas de Fundos	0,30	29.116,06	8.826	51,13%
EXCELSIOR FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO				
Cotas de Fundos	0,95	1.020,00	969	100,00%
REAG SPORTAINMENT CLAIMS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS				
Cotas de Fundos	2,03	896,84	1.818	100,00%
REAG LEGAL CLAIMS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS				

Ativo	Posição Final em 2022			
	Quant.	Valor un.	Valor total	% Patr. Líq.
Cotas de Fundos	75.236	1,19	89.869	71%
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO MABRUK CASH				
Cotas de Fundos	33.752	1,11	37.471	29%
YELENA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO				

E os fundos sinalizados acima, possuem aplicações no FIDC FEEDER conforme abertura abaixo:

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Ativo FIC FIDC FEEDER - REAG MASTER FEEDER FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO	Posição Final em 31/12/2023			
	Quant.	Valor un.	Valor total	% Patr. Líq.
Cotas de Fundos				
Mezanino	12	1.423,75	17.085	3,33%
<u>Senior</u>	55	1.300,31	71.517	14,01%
Outros fundos: REAG CEDENTES FUNDO DE INVESTIMENTO	2	1.274,19	2.073	0,41%
Outros fundos: CONDOCASH II FUNDO DE INVESTIMENTO	3	1.153,63	3.461	0,68%
Outros fundos: REAG AGRO	3	1.177,25	3.848	0,75%
Outros fundos: Reag High Yield Fundo de Investimento	328	1.243,63	408.454	79,98%
Outros fundos: WBCASH SOS BOLSO FUNDO DE INVESTIMENTO	11	1.349,71	14.574	2,85%
Fundos de Renda Fixa: FIDC CONDOCASH2	1	11.820,31	14.203	2,78%
Fundos de Renda Fixa: FIDC ESTACIO	0,29	1.028,91	296	0,06%
Fundos de Renda Fixa: FIDC RECEBIVEIS FUNDO DE INVESTIMENTO	74.534	1,76	131.514	25,75%
Fundos de Renda Fixa: FIDC SOS BOLSO	1	1.861,44	2.106	0,41%
Fundos de Renda Fixa: FIRF MONEY	1.982	1,29	2.551	0,50%

Ativo FIC FIDC FEEDER - REAG MASTER FEEDER FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO	Posição Final em 2022			
	Quant.	Valor un.	Valor total	% Patr. Líq.
Cotas de Fundos				
Mezanino	9	1.227,83	11.506	9%
<u>Senior</u>	3	1.105,51	3.317	3%
Outros fundos: REAG CEDENTES FUNDO DE INVESTIMENTO	5	1.005,20	5.076	4%
Outros fundos: Reag High Yield Fundo de Investimento	48	990,81	47.766	36%
Fundos de Renda Fixa: FIDC CONDOCASH2	1	9.936,29	10.581	8%
Fundos de Renda Fixa: FIDC RECEBIVEIS FUNDO DE INVESTIMENTO	57.102	1,39	79.195	60%
Fundos de Renda Fixa: FIDC SOS BOLSO	0,29	1.231,04	355	0%
Fundos de Renda Fixa: FIM MONEY	854	1,14	969	1%

(ii) Outras aquisições e alienações de empresas conforme mencionado no item 2.4. b) deste Formulário de Referência.

 **11.3 Outras informações relevantes**

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/05/2023	29/05/2028	736.842.105,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
736.842.105	0	736.842.105	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/05/2023		715.343.048,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
715.343.048	0	715.343.048	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/05/2023	29/05/2028	736.842.105,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
736.842.105	0	736.842.105	



12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. direito de voto
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. direitos no reembolso de capital
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. restrições à circulação
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipóteses de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação



12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- k. outras características relevantes

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	0
Data de emissão	31/12/2022
Data de vencimento	31/12/2023
Quantidade	0
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	0	0	0



12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
0		Estados Unidos	0
Entidade Administradora			
0			
Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual	
31/12/2022	31/12/2022	0	
Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação		
Não	N/A		
Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Não	N/A		
Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário		
Sim:	N/A		
Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante		
Não	N/A		

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	0
Data de emissão	31/12/2022
Data de vencimento	31/12/2023
Quantidade	0
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A



12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Leonardo de Souza Carvalho	Diretor de Relações com Investidores
João Carlos Falbo Mansur	Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



13.1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Leonardo de Souza Carvalho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 16.777.618-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.981.728-14, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, cj. 1702, Jardim Paulistano, Diretor de Relações com Investidores da REAG Investimentos S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a. revisou o Formulário de Referência referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- b. todas as informações contidas no referido Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

LEONARDO DE SOUZA
CARVALHO:267981728
14

Assinado de forma digital por
LEONARDO DE SOUZA
CARVALHO:26798172814
Dados: 2024.05.29 16:30:09 -03'00'

Leonardo de Souza Carvalho